



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

11ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CADEIA PRODUTIVA
EXTRATIVISTA DA CASTANHA-DO-PARÁ E SEU PROCESSO DE
INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

EM: 29.11.2021

INÍCIO: 09h36min

PRESIDENTE: SR. ISMAEL CRISPIN

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará e o seu processo de industrialização e a comercialização.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa no Facebook, no Youtube e pela TV Assembleia canal 7.2.

Neste momento, convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Ismael Crispin, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae; Senhor Diogo Martins, Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental; Senhor Antônio Carlos Alencar, representando a Sefin, Secretaria de Estado de Finanças; Excelentíssimo Senhor José Cícero, Secretário Municipal da Agricultura de Nova Mamoré; Senhor Charles Gomes, Secretário Executivo da Associação Rondoniense de Municípios - Arom; Doutor Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé - Ação Ecológica Guaporé; Senhor Sandro Souza da Silva, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia; Senhor Dielisson Fortunato, Coordenador Técnico da Reca - Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado; Senhor Elielson Oypakomip, Presidente da Associação do Povo Paiter Garahtin; Senhor Sávio Gomes, Vice-Presidente do Pacto das Águas.

Neste momento, Sua Excelência, o Deputado Estadual Ismael Crispin, procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará e seu processo de industrialização e comercialização.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o

Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Doutor José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Podeis assentar.

Nós também gostaríamos de agradecer a presença, nesta Casa de Leis, das autoridades presentes: o Senhor Avenilson Trindade, Coordenador Técnico, representante da Sedi (Superintendência Estadual de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura); Senhor Jorge Lourenço, Técnico de Floresta Plantada, da Seagri (Secretaria de Estado de Agricultura); Senhor Edjales Benício, Conselheiro da Kanindé; Senhor Rossoni Rodrigues Reis, da empresa Castanha Amazônica; Senhor Ricardo De Rosa, da empresa Amazon; Senhor João Batista, Presidente da Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira; Senhor Edmar Aruá, Presidente da Cooperativa Indígena Rio Branco - COOPIRB; Senhora Isabela de Lima, Secretária-Geral, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo de Rondônia; e o Senhor Paulo Wadt, pesquisador representante da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Neste momento, passamos a palavra ao Deputado Ismael Crispin, que conduzirá a presente Audiência Pública.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Senhoras e senhores, muito bom dia a todos. Sejam bem-vindos à Casa do Povo. Me sinto muito feliz e agradecido por propor a esta Casa o Requerimento que dá origem a esta Audiência Pública, que, a nosso sentir, é importantíssima para o setor.

Faço um agradecimento aqui ao Sebrae, em nome do seu Superintendente Daniel Pereira, ao amigo Rossoni, que são

responsáveis pelo convencimento deste parlamentar de que esta reunião, de fato, era importante, de que precisávamos ter uma iniciativa proativa. E agradeço aos servidores da Casa que nos auxiliaram nesse processo para que a Audiência pudesse estar acontecendo, assim como agradeço aos meus colaboradores também, os servidores do nosso gabinete que trabalharam e fizeram contato com os senhores e as senhoras para que nós estivéssemos aqui no dia de hoje.

O nosso entendimento é de que nós estamos tratando de um momento muito oportuno para Rondônia. Rondônia, que tem, na sua essência, as atividades primárias, mas que segue para um outro momento da sua história, que é o momento da chegada da industrialização. E nós precisamos ter um olhar um pouco mais distante, enxergar que chegamos a este momento. No entanto, precisamos ser muito responsáveis com o equilíbrio ambiental. E por isso, nós aproveitando, cumprimentar os representantes que aqui à Mesa já estão, que já foram todos nominalmente identificados pelo nosso Mestre de Cerimônias, cumprimento todos. Fico muito feliz de ter os senhores e poder ladeá-los aqui nesta Mesa.

Nós vamos abrir, fazer aqui a demonstração da dinâmica que vamos tratar, até para ser objetivo, vamos abrir uma breve saudação para os componentes que estão à Mesa; depois nós vamos abrir uma palavra para o nosso Superintendente do Sebrae, que vai fazer uma demonstração do panorama que envolve a questão da castanha em Rondônia. E depois nós vamos para a intervenção da plenária, aqueles que queiram fazer uso da palavra, e para os encaminhamentos.

Eu tenho sempre uma grande preocupação com Audiência Pública, porque, a meu ver, nós precisamos ter início, meio e fim. Tem que ter propositura. Não adianta a gente se reunir aqui, e findar, e dar tchau, e não ter nenhum encaminhamento. Nós precisamos ter encaminhamento daquilo

que é a visão dos senhores, daquilo que se pensa do tema que nós estamos tratando, o que nós temos que encaminhar para o Governo de Rondônia para tomar iniciativas, e como que a Assembleia Legislativa também participa desse processo.

Então, nós vamos iniciar com a fala. Convido, para a sua saudação, o Senhor Elielson Oypakomip – um sobrenome um pouquinho complicado para mim –, Presidente da Associação do Povo Paiter Garahtin. Para a sua saudação.

O SR. ELIELSON OYPAKOMIP – Olá a todos. Cumprimento o Deputado Ismael Crispin e os que estão presentes aqui.

Primeiramente eu queria me apresentar. Meu nome é Elielson Oypakomip Suruí. Sou da etnia Paiter Suruí, e hoje estou aqui representando o meu povo e, principalmente, a organização da minha comunidade. Eu fico muito feliz por estar aqui presente neste momento.

Então, eu queria iniciar primeiro trazendo as demandas das famílias necessitadas, das indígenas que moram nessa localidade. Nós temos uma potencialidade muito grande de extrativismo de castanha na nossa Reserva. O que mais dificulta dentro são equipamentos adequados e máquinas necessárias para o transporte. Então, o que mais dificulta a nossa produção é isso. A maioria das vezes, a gente tem um trabalho dificultoso para ter essa produção da gente.

Então eu queria, primeiramente, falar sobre essas necessidades indígenas para que a nossa produção seja valorizada. Muitas vezes, por essas necessidades, a gente perde muita produção. Hoje, nós, povos indígenas temos essa demanda muito grande. Então, eu queria que o Senhor

Deputado Ismael atendesse essas demandas dos indígenas e apoiasse as demandas.

E também eu queria citar o que dificulta também aqui: é a comercialização dentro da nossa comunidade. Hoje, a comercialização no mercado é muito baixa. Então, o que mais dificulta dentro da nossa comunidade é também a comercialização dentro do mercado. Então, hoje, muitas vezes, geralmente nós, povos indígenas, vendemos o nosso produto para atravessadores, onde a gente recebe muita mixaria no preço.

Então, hoje a gente quer uma comercialização boa para que a gente possa ter essa produtividade muito valorizada e, cada vez mais, avançar no extrativismo de castanha-do-pará. Obrigado e agradeço pela presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao Elielson.

Passo a palavra ao Vice-Presidente da Associação Pacto das Águas, Sávio Gomes.

O SR. DOMINGOS SÁVIO GOMES - Bom dia a todos. Primeiramente agradecer o convite desta Casa, da Casa do Povo, para a nossa instituição. Cumprimentar o Deputado Ismael Crispin pela iniciativa. Cumprimentar também Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae e os demais colegas da Mesa.

Bom, já me apresentaram aqui. Sou Sávio Gomes, represento essa instituição Pacto das Águas. Há mais de 13 anos, 9 anos temos trabalhado com a castanha-do-brasil e com outros produtos da sociobiodiversidade aqui no Estado.

Eu estou aqui em Rondônia desde 2010 e é a primeira vez que eu vejo esta Casa trazendo esse tipo de discussão, que eu acho importantíssima. Porque o mundo está olhando para isso, e por que Rondônia, que tem 63% do seu Estado com floresta, não olha? Nós temos um potencial belíssimo desses produtos da bioeconomia. Daqui a pouco, a gente vai ter outras apresentações que vão falar um pouco mais desses números que são primordiais para a gente poder pensar estratégias de inovação, tecnologia e melhorias para essas cadeias. Mas aqui o foco é a castanha-do-brasil.

Então, o Pacto das Águas tem como foco a estruturação dessas cadeias em todos os elos, desde a floresta, até a parte de comercialização. A gente entende então que, para estruturar essas cadeias, são necessárias quatro engrenagens fundamentais, que são os pilares que nos guiam. A primeira coisa é a gente olhar para o manejo e a qualidade produtiva e apoiar os caras que estão lá na ponta, que são os castanheiros. Veio aqui um Suruí. Esses caras que trabalham, esses caras que sabem, esses caras que estão lá na floresta, eles que trazem a produção para cá. Tem os seringueiros, que vivem nas Reservas Extrativistas. Aqui no Estado nós temos 25 Reservas Extrativistas e acredito que são 30 terras indígenas. Então, a gente vê que essas unidades, essas áreas protegidas possuem essa riqueza, a maioria dessa produção vem de lá.

Então, quando a gente olha para a castanha-do-brasil, nós temos que olhar para todos os elos, porque todos os elos precisam estar fortalecidos.

Então, a primeira coisa que a gente tem que saber é: quem são os castanheiros? Onde eles estão? Existe um cadastro? Nós sabemos a quantidade desses castanheiros? Qual o nome deles? Eles possuem DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)? Eles possuem nota fiscal? Eles possuem algum

incentivo? Eles possuem alguma assessoria técnica? Eles possuem algum padrão de qualidade desse produto, que eles possam seguir? Hoje o Pacto das Águas trabalha com 800 castanheiros. São mais. Estão aqui as nossas técnicas, elas ficam rodando nas áreas, dando assessoria técnica para esses castanheiros, para que eles possam produzir com qualidade, trazer o produto – estou vendo o Ricardo De Rosa aqui, que é um dos maiores compradores de castanha-do-brasil – para que a castanha desses povos chegue a esses compradores com qualidade, porque essa castanha vai para alimentação, na maioria das vezes, não é?

Nós precisamos saber onde estão as áreas protegidas, as áreas de produção, as áreas produtivas. Qual a capacidade dessas áreas? Nós sabemos desses dados hoje? Nós acabamos de fazer um diagnóstico, está fresquíssimo, junto com a Câmara Setorial do Agroextrativismo, informações que me surpreenderam. A mim, que trabalho há mais de 13 anos com a castanha, me surpreenderam os dados, Deputado. O senhor vai ver daqui a pouco, os outros colegas vão trazer.

Hoje, nós fazemos mapeamento das áreas. Nós estamos com mais de 200 castanhais mapeados, Daniel. Os próprios indígenas vão com os celulares deles, mapeando esses castanhais, e eles estão fazendo todo o perímetro do castanhal e contando castanheira por castanheira para saber qual a real produção do Estado. Isso nós estamos fazendo só em 5 áreas. Imagine as 30 que eu falei, as 25 que eu falei. Quanto trabalho precisa ser feito.

Nós trabalhamos – eu já falei para vocês – a questão das boas práticas. Só que nós trabalhamos só com 800 castanheiros. E quantos mais tem que precisam desse trabalho que precisa ser feito. Daqui a pouco a gente vai ver nas discussões. Nosso colega Suruí trouxe aqui acesso. É uma das principais dificuldades. Não é a logística, que o

cara carrega a... Tem gente que carrega, mais de 2 horas, paneiro nas costas, muitas vezes, 80 quilos. Como é que a gente faz para humanizar mais esse trabalho? Quem é que vai pegar pelo braço e fazer isso? Nós estamos fazendo, levando quadriciclo, levando barco, mas não é suficiente. É necessário ter mais coisa, mais incentivo, outros atores. Para não se falar nas estradas. Vai numa época dessa para os castanhais para ver se você passa com uma moto lá, com um carro normal. Os caras carregam nas motinhos deles, nas costas, no rabetinha, e aí passam quanto tempo ali para chegar essa produção. Qual o custo dessa castanha de Rondônia que vem dessas áreas? Nós sabemos? Nós não sabemos.

E, às vezes, a gente acha que a castanha está cara, como o amigo falou, mas, ele mesmo diz: é insuficiente esse preço para mim. Como que nós vamos valorizar isso? E como é que nós vamos levar mais equipamentos para essas pessoas, para esses castanheiros, porque se não sair essa castanha de lá, como é que vai ter agroindústria? Como nós vamos beneficiar? Como é que nós vamos falar de tributação, de ICMS? Como a gente vai fazer isso?

Bom, existe um padrão de armazenamento. Então, aqui eu estou falando de estrutura física para armazenar esse produto. Se esse produto vem de lá com qualidade, mas chega e vai armazenar na cozinha – onde tem cachorro, tem gato, tem papagaio –, como é que essa castanha vai manter a qualidade dela? Será que esses caras têm capacidade de fazer essas estruturas de armazenamento? Eu acho que não. Porque nós, que temos um projeto financiado pelo Fundo Amazônia, não temos condições de fazer o suficiente para essas áreas. Imagina quem não tem esse tipo de apoio, esse tipo de projeto.

Então, é necessário que nós invistamos em estrutura e armazenamento adequados e que tenha alguém para ir lá registrar, regularizar essas estruturas. Temos aqui, eu acho, representantes da Seagri, da Sedam. É necessário que esses órgãos estejam junto com a gente.

Chegamos na parte da industrialização. Temos aqui os representantes das agroindústrias. Mas essas agroindústrias estão preparadas e qualificadas para o mercado nacional e internacional? Eu sei que no Estado de Rondônia a Inovam é uma empresa que já está regularizada para exportação, e as outras que têm esse objetivo. Hoje os povos estão recebendo agroindústria, que o próprio Estado forneceu os equipamentos, não é? Mas e aí, só é dar esses equipamentos para eles? E nós vamos regularizar? É necessário que nós possamos também investir nisso. Quem que vai fazer? A Emater? A Seagri? É o Pacto das Águas? É outra instituição que está aqui presente?

Então, é necessário a gente investir em tecnologia, Deputado, trazer a tecnologia para que essa cadeia possa, de fato, ser competitiva, mais do que já é. Rondônia gera milhões de recursos com a castanha, mas é necessário que nós possamos investir mais em tecnologia e inovação para essa cadeia, porque ela gera empregos. Se você for olhar, não é só para os castanheiros – hoje tem mais de 15 mil castanheiros –, mas ela está em todos os elos. Transporte, nas próprias agroindústrias, são as pessoas que vendem.

Falando de mercado, para onde a gente está vendendo? Parece que nosso mercado é pulverizado. Nós não temos aqui grandes empresas que vêm aqui comprar, e tem um peso, não é? Nós temos a concorrência aqui com os nossos irmãos bolivianos. Como nós vamos fazer para conversar com elestambém, para que a castanha do Estado de Rondônia não saia de forma irregular? Porque o que a gente sabe é que a

maior parte da castanha de Rondônia sai de forma irregular, não passa pela tributação do Estado. Imagine se tributassem, se passasse por aqui. Como é que seria?

Mas tem um grande desafio, e eu acho que o nosso parente não trouxe, que é capital de giro, que é crédito. Esses caras da ponta não possuem isso. E hoje as agroindústrias de Rondônia também não possuem, elas têm dificuldade. Como que nós vamos levar crédito para essas pessoas, para essas agroindústrias? Como nós vamos poder abrir isso e deixar isso mais fácil para eles? Então, eles acabam, de certa forma, caindo na mão de pessoas que querem se aproveitar disso, querem fazer dinheiro – não é errado – , mas muitas vezes deixam para a ponta o que realmente tem que ser feito.

Então hoje, se a gente falar em questão de tributação, para a castanha, a gente tem aí de 12% a 22%. Isso para um pequeno produtor, para um empreendimento de base comunitária, o lucro já ficou aí, não é? Como a gente vai fazer, então, para talvez diminuir essa questão dos impostos, ou ter uma isenção ou negociar isso com as agroindústrias, com os empreendimentos comunitários?

Eu estava vendo, esses tempos, que Rondônia não tem um preço mínimo para a castanha descascada, para a castanha em amêndoas. Por que não tem? Como é que a gente vai calcular um preço ou uma tributação se a gente não tem um preço mínimo para castanha em amêndoas? É preciso a gente olhar mais. Lembro que em 2015 o Daniel Pereira era vice-governador, chamou uma discussão para saber, "gente, a gente precisa saber um pouco mais sobre a castanha, é um potencial aqui no Estado. Nós precisamos saber. Pacto das Águas, Seagri, façam o levantamento sobre isso, a gente precisa identificar.". Nós acabamos de fazer. E o potencial

é grande. E vocês vão se surpreender. Eu me surpreendi. E precisamos investir.

Quero dizer para vocês que o trabalho com a bioeconomia hoje, não é uma disputa com outros modelos econômicos. Na verdade, nós precisamos nos unir, porque o foco é o Estado de Rondônia, não é? O foco é tornar Rondônia referência na produção de castanha. Não dizer se o agronegócio é o melhor ou a floresta em pé é melhor. Não, não é isso. Não é isso que queremos. O que queremos é unir os diferentes atores que aqui estão – eu acho que se não tivesse esse propósito, não estariam aqui – para a gente poder construir e estruturar e consolidar, de fato, essa cadeia, porque ela tem potencial muito grande. E com isso a gente vai poder, também, estender para outras cadeias, como a borracha, que está aí, não é? A gente tem resultados belíssimos para a borracha. O açaí e tantos outros.

Por fim, quero agradecer a oportunidade. E a gente está à disposição para debater ainda mais.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Sávio. Aproveito para cumprimentar, já com assento na Mesa, meu amigo aqui de Parlamento, 1º Secretário desta Casa, Deputado Jair Montes. Seja muito bem-vindo. Daqui a pouco nós vamos ouvir também. Quero cumprimentar com muita alegria também o Ricardo, que é empresário do Estado de São Paulo. Trabalha exatamente com os produtos da castanha. E eu fico muito feliz, Ricardo, de te receber em Rondônia e te receber nesta Audiência Pública. Para que o público saiba, muita gente já o conhece, mas é alguém que tem vontade de investir mais em Rondônia. Isso nos deixa, assim, muito à vontade neste momento.

Eu aproveito para dizer aos participantes da plenária, aqueles que tiverem interesse em participar dando a sugestão, nosso pessoal Cerimonial está por aí, umas meninas bonitas que estão vestidas de preto, tá? Quem quiser se manifestar, dê um sinal. Ela vai aí, vai pegar seu nome para a gente, depois, no momento que abrir o debate, poder passar a palavra a vocês.

Convido para o uso da palavra o Coordenador Técnico do Reca (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) Dielisson Fortunato. Vou pedir aos nossos oradores para que sejam breves, para que a gente tenha condições de abrir e ampliar e ouvir a plenária e fazer os encaminhamentos com muita tranquilidade.

Dielisson.

O SR. DIELISSON FORTUNATO - Bom dia a todos. Meu nome é Dielisson Fortunato. Hoje eu estou representando aqui 260 famílias do Projeto Reca. E a gente agradece muito, nós agradecemos. Nós, a família Reca agradece essa oportunidade de discutir um tema tão importante para a gente, que é a nossa segunda maior economia hoje, dentro das nossas famílias, é a castanha. Nós temos, no Projeto Reca, nós temos dois estilos de extrativismo de castanha: nós temos o extrativismo de castanha da mata nativa e o extrativismo de castanha da agrofloresta - agrofloresta plantada -, que nós temos mais de mil hectares de SAFs (Sistemas Agroflorestais), onde tem em torno de cinco mil pés de castanha plantados produzindo. Nós temos SAFs com mais de trinta anos.

Então, a castanha, para a gente, vai além do debate florestal, ela vai do debate ecológico e o debate de reflorestamento. Então, nós temos que tratar a castanha não

como produto apenas, sim como um bioativo – que está o meu colega ali, Antônio Carlos, que a gente está debatendo sobre a questão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), reduzir o ICMS, e a gente tem toda a questão do biativo da Cadeia do SAFs e da floresta.

Temos também dentro do projeto Reça (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) um projeto de carbono. Hoje, a gente tem 79 propriedades dentro de um projeto de carbono que somam mais de 3 mil hectares, a gente recebe por serviço ambiental. Então, essa questão da castanha, que a gente debate hoje nesta Plenária, ela tem que somar com, pensando desde a base, que os nossos colegas já falaram aqui, vai até dos varadouros até a agroindústria.

Nós processamos a nossa castanha, nós processamos 100% da castanha dos nossos associados e os agroextrativistas, ela sai como óleo, que vai para a indústria de cosméticos.

Então, a cadeia tem que ser olhada como um todo, olhada como os nossos produtores que carregam – que em uma hora dessas, enquanto eu estou falando aqui, eles devem estar quebrando castanha no mato, porque a castanha já está caindo –, e os meus colegas que trabalham na agroindústria devem estar processando o óleo, uma hora dessas.

Então, enquanto a gente não olhar a castanheira, o produto da castanha como um ativo econômico, e um ativo social e um ativo ecológico, nada vai sair do papel.

Aproveito para cumprimentar também o Daniel Pereira, a gente já, nós do Reça chamamos ele de “um amigo”. E eu queria agradecer a oportunidade e falar para todos vocês que estão presentes aqui hoje, que a família Reça, os produtores do Reça se sentem orgulhosos só de estarem presentes aqui, hoje, está bom? Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito Obrigado ao nosso representante da Reca e convido para a palavra o Sandro Souza da Silva, que é Presidente da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia.

O SR. SANDRO SOUZA DA SILVA - Bom dia a todos e todas. Quero inicialmente parabenizar o Deputado Ismael Crispin pela iniciativa, acho que é uma iniciativa bastante importante para o Brasil, para a região amazônica e, sobretudo, para Rondônia - não é, Sávio? A gente sabe do potencial que é a cultura da castanha para a economia local, para a economia de um grupo de produtores, de extrativistas e que essa economia gira no Estado e, às vezes, normalmente, essa economia não está sendo reconhecida. E é uma pena, deputado e as demais autoridades aqui presentes, o Brasil - uma pesquisa recente feita por um grupo de consultores nossos -, no final dos anos 70, início dos anos 80, o Brasil chegou a produzir mais de 100 toneladas de castanha e, em 2019, estávamos em torno de 32 mil toneladas. Uma redução significativa, isso pela falta de investimento que o Brasil tem feito na cultura.

E quando não se investe, quando reduz essa produção, nos mostra que um grupo de pessoas que tem a sua sobrevivência à base da economia da floresta, da castanha, também estão sendo prejudicados. Acho que nós precisamos ter investimento urgente, desde o setor produtivo, desde o castanheiro indígena, o ribeirinho, que está na base, que tem a sua dificuldade no processo de coleta - ontem conversando com o Elielson, ele disse que anda até 40 km dentro da floresta para coletar a castanha e para vender,

em determinados momentos, a R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 o quilo. A gasolina, hoje, no município de Andreezza está R\$ 7,05. É impossível a gente tentar mostrar para um indígena que é importante a coleta da castanha se ele não tem resultado. Então, a gente precisa fazer. E, possivelmente, para quem está na outra ponta da cadeia, na comercialização, também deve ter as suas dificuldades. Então, são investimentos que a gente precisa fazer em toda a cadeia.

Por outro lado, a Bolívia, que era um país incipiente, hoje é um dos principais produtores porque investiu, inclusive, em controle de qualidade, investiu em certificação. Eu acho que o Brasil e o Estado de Rondônia precisam investir muito nesse processo e entender que a castanha é importante para a nossa economia.

Eu aqui, enquanto representante de um grupo de cooperativas, inclusive aqui com alguns participantes presentes. Vou citar aqui a Coomade (Cooperativa do Baixo e Médio Madeira), na pessoa do Presidente Batista; o Elielson, que é de uma Associação que a gente tem buscado empoderar no município de Andreezza; o Edmar, que é o representante aqui de uma cooperativa na Terra Indígena Rio Branco. E esses representantes cooperativistas e associativistas representam um grupo de pessoas que estão, na sua base, lutando para que essas pessoas continuem nas suas terras, gerando economia, renda e que possam manter as suas famílias. Então, o investimento é indispensável. O Estado precisa reconhecer a cultura da castanha como fonte de emprego e renda e, sobretudo, de valorização da economia local. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao Sandro.

Convido para a palavra o Doutor Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé, Ação Ecológica Guaporé.

Enquanto o Doutor Marcelo chega à tribuna, eu quero fazer uma saudação muito especial às mulheres que estão presentes aqui. E acho até que os homens que aqui estão precisam saudá-las com uma salva de palmas muito grande, porque poucas vezes as mulheres participam tanto de eventos importantes como esses. Bancada linda. E eu vou convidar a Giselle, que está lá atrás perto do pai dela, perto do Rossoni, tem uma cadeira aqui, Giselle. Eu queria que você sentasse aqui, perto dessas mulheres para abrilhantar mais aqui a nossa Audiência Pública. Parabéns e agradeço por vocês estarem presentes aqui. O Rossoni pode ficar lá atrás, a Giselle vai vir para cá.

Com a palavra o Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO FERRONATO - Bom dia a todos e todas. Quero agradecer ao Antônio Carlos Alencar, da Sefin, em nome da Mesa, pelos dados fornecidos para uma ampla pesquisa que nós pudemos fazer. Graças a esses dados da Sefin, nos trouxe uma dimensão muito importante quando fomos analisar. E quero agradecer também ao Rossoni, por nos ter recebido lá em Vista Alegre do Abunã, por ter nos servido almoço e complementado muito a nossa pesquisa. E às comunidades indígenas Terra Indígena Rio Branco e Igarapé Lourdes que também estão presentes.

Os produtos florestais não madeireiros são todos aqueles que não são madeira e estão na nossa floresta à nossa disposição como grandes bioativos. Na Amazônia, eles geraram R\$ 842 milhões em valor de produção em 2019 e esses dados do IBGE são certamente subestimados. Deste total, o açaí é o produto florestal não madeireiro com maior

participação em valor, representa 70% dessa produção. A castanha é o segundo, que representa 16% desse valor de produção. A produção de açaí chegou ao pico em 2019. Atingiu 222 mil toneladas e o valor de sua produção aumentou de R\$ 179 milhões em 2010, para R\$ 589 milhões, em 2019. Ou seja, a cadeia do açaí tem feito muito bem o dever de casa.

A produção de castanha diminuiu de 40 mil toneladas, em 2010, para 32 mil toneladas, em 2019. Porém, o valor de produção aumentou de R\$ 55 milhões, em 2010, para R\$ 135 milhões, em 2019. Ou seja, o valor agregado da castanha aumentou, apesar de a produção ter reduzido, e isso graças ao trabalho de muitos que estão operando a cadeia e muitas vezes assumindo diversos riscos.

A gente precisa compreender mais, de modo profundo e organizado, como é operada a cadeia de valor da castanha na Amazônia, principalmente no Estado de Rondônia. Um mercado que, em 2019, gerou riqueza da ordem de R\$ 30 milhões, ou seja, 22% do total da Amazônia.

Quando a gente foi analisar os dados de comercialização da castanha, com as informações comerciais fornecidas pela Sefin, entre 2017 e agosto de 2021, o saldo geral de todas as movimentações de entradas no Estado, 2,3 mil toneladas, e 33 mil toneladas de saída, restou positivo um saldo de 31 mil toneladas de castanha comercializada no Estado. Esse volume proporcionou uma receita líquida à Rondônia de R\$ 165 milhões. Todos nós ficamos bastante surpresos com esse dado, porque ele é muito diferente dos dados oficiais apresentados pelo IBGE.

A gente precisa considerar, portanto – e aí eu vou para os encaminhamentos –, como atividade econômica geradora de riquezas e que incrementa o Produto Interno Bruto do Estado (PIB). Como encaminhamentos eu sugiro,

enquanto pesquisador, que a gente precisa fortalecer as instituições de ciência, tecnologia e inovação, que já desenvolvem as pesquisas e que precisam ser fortalecidas, principalmente conhecendo a capacidade de produção, a área e a mão de obra disponível. Se a gente olhar só para a área e para o potencial de produção, a gente pode estar errando na nossa medida.

Existem milhares de trabalhadores invisíveis na cadeia da castanha. Pessoas que não aparecem, que não estão dentro das comunidades, que são trabalhadores temporários da castanha. Então, é importante saber qual o potencial e o valor dessa mão de obra.

A gente precisa olhar para a castanha como igual – com equidade – às outras cadeias. Se algumas cadeias têm algumas isenções para exportação, por que não a castanha? É importante fazer essa reflexão. Tem cadeias que têm isenções para compra de insumos, por que não a cadeia da castanha? É importante olhar para isso.

A castanha tem uma enorme importância para a conservação dos ecossistemas e os serviços ambientais que geram. E elas precisam ser destacadas. Estamos num momento de crise climática. O mundo se volta a essa discussão. Rondônia precisa fazer a sua parte. E a castanha e outras cadeias, florestais ou madeireiras, têm enorme importância nisso.

Existem pelo menos cinco boas organizações e grandes organizações do terceiro setor que estão fazendo um papel, muitas vezes sem apoio do Estado, buscando externamente e trazendo recursos, tecnologia, mão de obra, qualificando mão de obra, para que essa cadeia se fortaleça.

Quanto aos entes públicos – tanto estaduais como federais –, eles precisam incluir a castanha nos seus

planos de ação, e fazer isso de forma integrada. O que a gente viu, de maneira geral, é que muitos entes públicos têm políticas, mas não estão coordenadas ou integradas. Muitas vezes são concorrentes. A gente precisa conectar essas políticas públicas à Política Estadual de Governança Climática e pagamento por serviços ambientais, aprovado no parlamento em 2018, e que até hoje não foram regulamentadas, principalmente no que diz respeito ao pagamento dos serviços ambientais, que é uma oportunidade de complementar o valor pago à castanha. O prazo da regulamentação vence em 17/12/2021.

A gente precisa valorizar os empreendimentos empresariais e comunitários, que assumem boa parte do risco das oscilações de preço do mercado. Eles precisam ser impulsionados e incentivados. As comunidades tradicionais também precisam ter as suas garantias e salvaguardas, reduzindo as discrepâncias, as concorrências, a exploração do trabalho e dos territórios tradicionais, ou seja, trabalho com dignidade.

Chegando ao final. O incremento da produção da castanha para dar suporte à implementação de um parque industrial mais amplo, precisa olhar para duas vertentes, que são obviamente imediatas. Conter imediatamente o desmatamento, que está afetando áreas de castanhais, reduzindo a produção e afastando os locais de produção e coleta das áreas de comercialização, encarecendo a logística e podendo inviabilizar algumas plantas industriais. E em médio prazo, enriquecimento das Reservas Legais e plantios em áreas de recuperação.

Nossas equipes de campo da Ecoporé agora, neste momento, estão entregando mais de 20 mil mudas de castanheiras, dentre 350 mil mudas florestais para povos indígenas de Rondônia. Nos últimos 10 anos, sozinhos,

ultrapassamos 80 mil mudas distribuídas. E é com base nessa capacidade técnico-operacional, conhecimento, que eu coloco aqui o conhecimento da Ecoporé à disposição e toda a nossa estrutura.

E agradeço aqui ao Pacto das Águas também, por ter encomendado essa pesquisa e a financiado. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao Dr. Marcelo.

Convido, para a sua breve saudação, o Charles Gomes, que é Secretário Executivo da Associação Rondoniense de Municípios - Arom.

Enquanto o Charles se direciona à tribuna, aproveito para saudar aqui o Senhor Josias Gavião, Presidente da Associação do Povo Gavião - Assiza (Associação Indígena ZavidjajDjigúhr), e da Cooperativa de Castanha Indígenas.

O SR. CHARLES GOMES - Deputado, se me permitir falar aqui da Mesa, para a gente ganhar tempo...

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Fica à vontade.

O SR. CHARLES GOMES - Eu queria cumprimentar o Deputado Ismael Crispin e parabenizar por esta propositura. Cumprimentar aqui o Deputado Jair. Em nome do nosso Superintendente, Ex-Governador Daniel Pereira, cumprimentar todos da Mesa. E em nome do nosso amigo Rossoni, cumprimentar todos os senhores e senhoras.

Nós estamos aqui representando a entidade Arom - Associação Rondoniense dos Municípios, que congrega os 52 municípios. O Presidente não pôde estar presente por uma agenda previamente agendada anteriormente no interior do Estado, e dizer que, enquanto instituição, nós estamos aí para apoiar todo e qualquer projeto que nós entendamos que venha a trazer o desenvolvimento da nossa região. Estamos já em tratativas com o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com os consórcios, dois consórcios do Estado de Rondônia que já estão vendo a necessidade de apoiar algumas agroindústrias, dentre elas ligadas à castanha, e nós sabemos que com isso nós poderemos contribuir com a regularização, com a sua comercialização, e com isso agregando valor ao produto final.

Então, nos colocamos à disposição e dizer, Deputado, que aquilo que for preciso e possível, através da nossa entidade, a Arom, estaremos à disposição para apoiar toda e qualquer entidade que se fizer necessário.

Muito obrigado pelo convite. E, mais uma vez, parabéns pela propositura, por este importante tema que hoje está sendo debatido aqui nesta plenária.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado ao nosso representante da Arom.

Convido para a palavra o Senhor José Cícero, Secretário Municipal de Agricultura do Município de Nova Mamoré.

O SR. JOSÉ CÍCERO - Bom dia a todos e a todas. Em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Ismael Crispin, quero

primeiramente agradecer o convite estendido ao nosso município, à nossa Secretaria Municipal de Agricultura. Quero cumprimentar o Daniel Pereira, nosso Superintendente do Sebrae. Em nome dele, cumprimento todos os colegas postos à Mesa.

Deputado, é de grande importância esta Audiência, não só econômica, para o Estado de Rondônia. Tem um ditado que diz: "É melhor tarde do que nunca.". Mas não é tarde. Eu acho que chegou no momento certo. Essa cadeia produtiva tem um olhar muito restrito do poder público de Rondônia. E, poucos veem a cadeia produtiva da castanha-do-pará como uma atividade econômica, mas como uma atividade de quando o produtor – principalmente os ribeirinhos, os quilombolas, especialmente os indígenas – precisa de um "troquinho" no bolso, aí vai lá e leva um saco de castanha para a cidade para vender por preço irrisório.

Mas, quero aqui agradecer mais uma vez. Parabenizá-lo por esta tão importante Audiência Pública, e esperar que desta Audiência saia um norte, da qual precisamos. Como o colega falou aqui anteriormente, a maioria da nossa castanha sai pelo país vizinho, pela Bolívia, na minha região. Além de sair ilegal, ela sai com qualidade inferior àquela que o mercado requer. Mas, como estão presentes aqui também o nosso representante da Sefin, da Sedam também, o senhor Antônio Carlos, da Sefin e o Diogo da Sedam, precisamos estar juntos, todas essas entidades aqui presentes, instituições aqui presentes, para que possamos dar um norte e diretrizes aos nossos produtores de castanha-do-pará e no Estado de Rondônia, em especial também no meu município. Em especial também aos quilombolas, aos ribeirinhos e aos indígenas, que são os maiores baluartes dessa atividade econômica. No mais, muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado. Agora, representando a Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia, convido, para sua breve saudação, o Senhor Antônio Carlos Alencar. Diga-se de passagem, está aqui uma representatividade importante dentro da nossa discussão.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO - Bom dia a todos. Agradecer a deferência do Presidente da Audiência, Deputado Ismael Crispin. Agradecer aqui a acolhida dos demais integrantes desta Mesa; o Ex-Governador Daniel Pereira; Charles, da Arom, em nome do qual eu cumprimento todos os presentes.

Primeiro me apresentar: eu sou Auditor Fiscal de carreira da Sefin desde 2003, antes era da Caixa Econômica. E desde aquele tempo a gente tem uma visão, junto com o nosso Secretário, de estimular as diversas cadeias produtivas e tirar o fisco daquele papel simplesmente repressivo. Isso é uma realidade hoje, é uma construção, onde a gente tem o firme propósito de facilitar.

Então assim, aquele fisco repressivo que o produtor sai assustado porque não tem uma nota, não tem um código, isso acabou. Inclusive, a Assembleia fez uma mudança legislativa na nossa carreira, onde aquela multa, deixar bem claro, a partir de janeiro de 2022, não existe mais multa que signifique produtividade para o Auditor Fiscal. Então, o dever fiscal é para organizar o setor. A gente tem um viés de educação.

Desculpa, Deputado Jair, me perdoe, o senhor estava aí tão atento. Quero cumprimentá-lo também, com todo o respeito que o senhor merece.

Então assim, a gente tem feito algumas ações no sentido de tranquilizar e indicar qual é o caminho mediante treinamento.

Eu gostaria de, inicialmente na minha fala, ressaltar o esforço do colega da Ecoporé em trabalhar os dados, o Dr. Marcelo. E os dados enviados foram enviados de forma bruta. E a gente sabe que as operações comerciais têm a simples remessa, têm o diferimento, que é onde, aqui no Estado de Rondônia no âmbito interno, a saída da castanha destinada ao comércio e à indústria é diferida, ou seja, se tiver imposto, a gente não sabe ainda se ela vai para fora, que é tributada ou para dentro, que ela é isenta. Então, quando a Ecoporé solicitou, a gente mandou todos os dados e isso aí pode resultar em uma dupla contagem.

Então, eu vou dar uma pequena amostra do dado já tratado, só da operação de venda, e colocar à disposição dos órgãos do terceiro setor que, quando requisitarem algum dado, precisem daquele olhar tributário para que a gente esclareça, porque "cada qual na sua praia".

Então assim, os números reais da produção, só da venda efetiva: em 2017, em torno de 694 toneladas foi a produção registrada de vendas, tanto interna como a saída interestadual; em 2018 subiu 237%, foi para 1 milhão, 646. Isso só o que saiu no radar. A gente sabe – aí eu concordo com ele –, que a gente tem uma produção que não se materializa por documentos fiscais. É aquela que vai, entrega, ela gira e a gente sabe que isso é muito grande. E mais à frente a gente vai até abordar como o fisco estadual pretende ajudar a resolver isso aí.

Então, de 2017 para 2018, partiu de 694 mil quilos para 1 milhão 646. Em 2019, no radar, ela caiu 61%. Foi 1 milhão e 18 toneladas, 1.018 toneladas. Em 2020 teve um

fato que deu um grande salto em trazer para a legalidade boa parte, que foi a indústria de Ji-Paraná, que peticionou que nós facilitássemos a coleta semelhante ao leite. O leite, nem todo mundo tem facilidade no campo, então tem a ordem de coleta, que ao final do mês ele faz a nota em nome daquele entreposto de todos os produtores. E nós fizemos da mesma forma, no dia 15 de janeiro de 2020, o Decreto 24.680, onde se estendeu, é o único setor, por similaridade ao leite, em que o industrial ou o comércio pode fazer, criar o entreposto e coletar. Por isso que no radar aparece muita castanha também em Ji-Paraná, não é? Vocês devem ter visto isso aí. E em 2020 deu um salto de 1 milhão e dezoito, em 2019, para 3 milhões, 891 mil, 243 quilos (3.891.243). Então, quase 4 toneladas apareceram, já, no radar. E em 2021, a gente ainda vai consolidar os dados, mas tende a superar 2020.

O preço médio, uma coisa que eu achei impressionante, é que ele vem ali de R\$ 1,48 ao maior preço de R\$ 1,51. Em 2018, R\$ 1,48; e a R\$ 1,51 em 2019; R\$ 0,91 centavos em 2020 e R\$ 1,50. Então, a gente vê que o crescimento não está acompanhado de uma remuneração mais decente, não é?

Lógico que esses números são os das notas fiscais de coleta, mas a gente vê aí um problema semelhante ao do leite, em termos de remuneração, a quem a gente realmente está lá nos locais das Resex. O Ministério Público Federal já nos colocou, em 2019, um documento para que a gente procurasse aprimorar a fiscalização, tanto com essa que vai para a Bolívia, como para materializar um olhar de conformidade para a coleta. E a gente respondeu que iria criar um projeto – a pandemia atrapalhou um pouco, mas esse projeto já está agora na hora de somar com os parceiros –, que é o seguinte: o fisco estadual está presente em 23

municípios. Nós pretendemos levá-lo aos 52. De que forma? Mediante parcerias.

Na prática, para a castanha, a gente imagina, já com a Sedam, já fica oficializado ali, nós habilitarmos todos os servidores de prefeituras que ela possa dispor de 5 funcionários: um na Seagri do Município, um na Sedam, um na Fazenda. Ali em Nova Mamoré, por exemplo, nós não temos nenhum posto avançado. O produtor das outras culturas tem de se deslocar a Guajará-Mirim. E a gente quer inverter isso aí, fazer um movimento – já expus ao Presidente Charles aqui – a gente pretende, já temos uma equipe treinada com a cartilha, já prontinha para começar a ir a campo, fazer a parceria lá dentro da Resex do Pacaás Novos. Se tiver a Sedam lá dentro, vamos treinar o servidor. Você vai entrar na agência virtual, vai habilitar o extrator. Se ele quiser tirar a nota, ele tira ali na hora, senão, ele vai tirar a ordem de coleta para o comércio que vai lá, mas ele vai poder ter a cidadania dele mediante a inscrição do extrator.

Então, a gente pretende fazer um movimento muito forte de parceria com os órgãos que estão nos entornos das Resex para que ele possa atender. É uma escola rural, é um posto de saúde, onde não tem um fluxo muito grande, então a gente vai habilitar, treinar e colocar nossos técnicos tributários para circular no entorno desses 52 municípios.

Juntei a sala do empreendedor também, do Sebrae, que a gente já conversou até em Cacoal, e em Vilhena, colocar um servidor da prefeitura, tem que ser servidor de órgão público, mas não impede que as entidades, também, do terceiro setor sejam capacitadas para emitir a nota. Imposto não tem, na saída interna, só quando for para fora do Estado. E aí, isso é assim, é o cenário que a gente imagina, não fazer uma fiscalização interna ostensiva, mas

no sentido de trazer todo mundo para o radar da materialização da sua inscrição. Isso vai garantir a aposentadoria dele, garantir uma série de benefícios, garante até mesmo escolher para quem ele pode vender o seu produto. Então, em linhas gerais, é esse o cenário que o fisco vê.

Estamos à disposição para fazer todas as parcerias, mandar os nossos técnicos para fazer esse movimento positivo em favor do setor. Muito obrigado a todos. E estou aberto às perguntas.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Antônio Carlos.

Com a palavra, o Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam, Diogo Martins.

O SR. DIOGO MARTINS ROSA - Bom dia a todos. Primeiramente, eu queria agradecer ao Deputado Ismael Crispin e a todos que contribuíram para o acontecimento desta Audiência Pública, referente às atividades da cadeia produtiva extrativista da castanha, seu processo de industrialização e comercialização, uma importante ferramenta e atividade da nossa bioeconomia do Estado. Aproveitando, também, para cumprimentar o Deputado Jair Montes; o Excelentíssimo Senhor Daniel Pereira, Superintendente do Sebrae; e a todos aqui da bancada, como todos os participantes da Audiência Pública. Esta Audiência Pública sendo muito importante para o fomento das nossas atividades econômicas, fazendo parte do fortalecimento das nossas cadeias produtivas e do setor de bioeconomia, e hoje com o foco na nossa castanha, castanha-do-brasil ou

castanha-do-pará, enfim, uma ampla discussão em relação ao nome, mas poderíamos também falar de castanha-de-rondônia.

Nisso, a Sedam (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental) vem trabalhando forte na questão da sua estruturação a partir da sua Política Estadual de Governança Climática e pagamentos para os serviços ambientais. Ela vem estruturando esse setor de governanças climáticas, serviços ambientais e bioeconomia para atender todo o regramento já aprovado a partir dessa legislação estadual.

Então, trabalhando junto com os outros Estados também, que têm praticamente as mesmas dificuldades, foi elaborado o Plano de Recuperação Verde, o PRV, no Consórcio Interestadual da Amazônia Legal, onde participam os governadores e secretários de meio ambiente na Amazônia Legal, e onde possui no seu plano, o eixo de bioeconomia, que vem com esse foco de trabalhar as cadeias produtivas.

Como todos devem saber, ocorreu no Pará, pela primeira vez, o Fórum Mundial de Bioeconomia, que tratou especificamente do que estamos discutindo hoje: o fortalecimento das cadeias produtivas. E estavam lá a discussão com cacau, castanha, açaí, plantio de sistemas agroflorestais. E a Sedam participou desse fórum, como também participa de outros fóruns, como o Fórum de Secretários da Amazônia Legal, que discute essas ferramentas e planos de ação, buscando investimentos para o Estado de Rondônia.

Então, nisso a gente discute, principalmente, o Plano de Gestão e Desenvolvimento Sustentável e de Baixas Emissões do Estado de Rondônia, focado no combate e monitoramento dos lixos ambientais, assim como traz, no eixo estratégico, a questão da bioeconomia; e aí, lógico,

para todas as cadeias produtivas do Estado, focado na questão da comercialização e industrialização e de projetos sustentáveis.

Nisso, para estruturação da lei, como o Dr. Marcelo Ferronato colocou, da Ecoporé, temos que regulamentar essa lei. Então, a partir do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, que já foi criado, há possibilidade da discussão da cadeia produtiva da castanha, assim como outras atividades da nossa bioeconomia. Para quê? Para que possamos elaborar planos e projetos na captação de recursos e na execução dos recursos do Estado a partir da Secretaria.

Nisso, a Sedam também vem trabalhando junto com outros parceiros, tanto do Estado como o próprio Ministério do Meio Ambiente, que vem instituindo o Programa Floresta+, que como vocês sabem, ele se desmembra em Floresta+ de pagamento de serviços ambientais, Floresta+ e Bioeconomia e Floresta+ Carbono. Rondônia tem dois projetos de carbono – vamos dizer assim, do mercado voluntário de carbono – na Resex do Rio Cautário, na Resex do Rio Preto e Jacundá, que não impede a questão da produção e comercialização da castanha-do-pará. Pelo contrário, ele fortalece essas cadeias produtivas, fazendo com que o Estado busque a estruturação dessas cadeias produtivas nessas reservas extrativistas. Onde? Em Rondônia tem essas unidades de conservações estaduais, atualmente 49, isso vamos trabalhar com a questão dos Planos de Gestão dessas unidades, incluindo a bioeconomia, incluindo toda a cadeia produtiva que é possível – e estudar –, como foi dito aqui pelos nossos colegas, conhecer. Quer dizer, a gente precisa ter esses dados, conhecer, realizar esses levantamentos, como também são realizados nos projetos de carbono.

A cadeia produtiva, principalmente onde a Sedam atua, é nas comunidades tradicionais a partir das Reservas Extrativistas, que é a principal, onde há esse fomento e essa análise.

Agradecendo, também, ao representante da Receita Estadual da Sefin, o Antônio, pela dica dessa possibilidade de habilitar os servidores no trabalho de fomento e possibilidade de fiscalização dessa cadeia produtiva. A Sedam vai se estruturando, assim como seus parceiros e outros órgãos competentes, para que tenha mais fortalecimento das atividades sustentáveis no Estado de Rondônia, como instruiu o Selo Verde para boas práticas em Unidades de Conservação. Então, aquele empreendimento, aquela atividade que tenha, a sua atividade está dentro do parâmetro sustentável, dentro dessa Portaria, dentro desse regramento dessa Portaria da Sedam, ela recebe o Selo Verde de boas práticas em unidade de conservação ou em sua proximidade. Então, temos esses eixos estruturantes que, pelo nosso cenário, principalmente dentro da nossa Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais, e vem muito mais forte agora com a questão do Fórum Mundial de Bioeconomia, a Conferência Nacional das Nações Unidas de Mudanças Climáticas, nossa estruturação, sendo a nossa lei uma das pioneiras para estruturação do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas, temos a capacidade e o comprometimento de executar os recursos e também captar esses recursos estrangeiros. Trabalhando assim para que, com essa estruturação que eu mencionei no começo, o Estado possa trabalhar melhor as suas cadeias produtivas dentro do setor de bioeconomia, que faz parte de todos, é um eixo dentro de praticamente todos os planos de governo de desenvolvimento... **(ininteligível)**. Então, a Sedam fica disponível para diálogos, conversas e propostas que possam ser encaminhadas pela população e pelos nossos parceiros,

órgãos gestores e todos aqui, e qualquer dúvida eu fico à disposição. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Nosso agradecimento ao Diogo e convido para a palavra, Deputado e 1º Secretário desta Casa, Deputado Jair Montes. Enquanto ele se aproxima da tribuna para fazer uso da fala, quero cumprimentar o pessoal que está acompanhando pela página oficial da Assembleia Legislativa, pela página do *Facebook*, pelo *Youtube*, também pela página do nosso gabinete, o pessoal das pequenas e médias empresas. Saudar o senhor Plácido, que é também da Pacto das Águas, que nos acompanha, infelizmente algumas pessoas não puderam vir. É bom que se diga também que é importante essa participação on-line. Nós estamos em um momento um pouco delicado, o retorno e o avanço da Covid-19, e nós precisamos de fato ter todo respeito, a gente precisa ter uma análise crítica dessa situação. Sabemos que a Covid-19 não tem sido brincadeira mesmo, tem levado parentes e amigos nossos, mas a participação on-line inteira essas pessoas do que está sendo debatido aqui, hoje. Então, a todos eles o nosso abraço.

Com a palavra, Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Senhor e amigo, Deputado Ismael Crispin, em seu nome quero cumprimentar esta Casa, os nossos deputados estaduais, e também te parabenizar pela belíssima Audiência Pública que está sendo realizada aqui nesta Casa. Quero também cumprimentar o ex-governador e também Presidente do Sebrae, Daniel Pereira. Tenho certeza que é um grande incentivador dessas matérias, dessas pautas tão importantes, às vezes, lá no cantinho, tem aquele

trabalhador, aquela trabalhadora, aquele rondoniense que está esquecido, como é, a gente está conhecendo aqui um pouquinho da história das pessoas que trabalham na cadeia produtiva extrativista da castanha-do-pará, castanha-do-brasil, ficou bonito o nome também, e o seu processo de industrialização e comercialização.

Aqui, em nome do Governo Marcos Rocha, eu quero cumprimentar o nosso Coordenador, Antônio Carlos, que é um homem importantíssimo para essa Audiência, eu quero aqui parabenizá-lo por estar aqui, porque vai precisar muito de você, Antônio Carlos, e a Sefin é muito importante nessa Audiência Pública e também a Sedam.

Eu fico feliz que vejo aqui muitos irmãos indígenas, pessoas que vieram lá de suas tribos e estão aqui conosco e, se vieram aqui, é porque diretamente são impactados e, às vezes também estão até fora da cadeia, do mercado, que tem que ser colocado. Parabéns a todos vocês que estão aqui, aos nossos irmãos indígenas que estão aqui conosco, também às mulheres - como o Deputado Ismael Crispin falou - , parabéns. As mulheres precisam cada vez mais estar inseridas nesses processos. E eu falo para todo mundo, as mulheres são um elefante que não sabem a sua força e às vezes usam força de formiga. O Parlamento Estadual hoje tem duas mulheres só. Poderia ter muito mais mulheres, nós temos mais de 51, 52% que votam são vocês, é a maioria absoluta. Então, está na hora de as mulheres começarem assumir o seu verdadeiro papel de estar aqui no Parlamento. Eu estive no Pará e lá temos 5 a 6 mulheres deputadas estaduais, muitas mulheres. Aqui em Rondônia nós temos muitas ainda, duas, porque às vezes vocês não souberam ainda buscar verdadeiramente seu espaço aqui nesta Casa, e em outras Casas também. Mas parabéns por estarem aqui abrilhantando essa grande Audiência Pública.

Rossoni com quem eu estive conversando, Rossoni, nós temos aqui um empresário de São Paulo, seja bem-vindo a nossa cidade, Deus abençoe e que possa contribuir com esse Estado tão rico. A gente vem aprendendo, Daniel e também Deputado Ismael Crispin, que a pandemia nos ensinou uma grande lição. A pandemia nos ensinou que nós, seres humanos, somos mortais, nós não somos imortais. Que nós, seres humanos, somos vencíveis, nós não somos invencíveis. E que nós, seres humanos, devemos nos preocupar com a maior riqueza que nós temos, que é o ser humano. O gestor hoje, o político hoje, se ele não tiver esse olhar humano, olhar carinhoso pelas pessoas, ele não merece estar no Parlamento e muito menos merece estar sendo gestor de um Estado, gestor de um País. Porque, descobrimos que tudo é vaidade. E a gente descobriu essa grande frase de Salomão, lá atrás, quando ele foi um grande rei, e ele falava "Vaidade de vaidade. E tudo é vaidade.". A nossa vida era todo o tempo se preocupando com ganhar dinheiro, trabalhar, viajar, achar que nunca ia acontecer nada conosco. E quando começamos ver que essa pandemia começou a tirar trabalhadores e trabalhadoras, pessoas que trabalhavam ao nosso lado, nossos vizinhos que não estão mais conosco, pessoas que não chegaram a 80, 90 anos, mas que perderam a vida com 30, com 20, com 15, com 18, a gente falou: "meu Deus do Céu, o que eu estou fazendo da minha vida?".

E o Estado, com essa fala que eu faço, Daniel, o Estado não pode pensar em se locupletar só do recurso que recebe e falar: "eu tenho "x" milhões em conta". O que adianta eu ter "x" milhões, "x" bilhões em conta se o meu povo não está sendo assistido? Se as pessoas que tanto precisam, que contribuem com o meu Estado, estão passando necessidade, estão passando dificuldade? Então, que nós saíamos aqui dessa Audiência, Deputado Ismael Crispin, já com uma pauta montada daquilo que eu já sei que eles

precisam. Eles estão precisando – isso é com você, Sefin –, precisando de incentivo fiscal, como lá o exemplo, botaram para mim aqui o Pará, que quem industrializa paga 2,5% enquanto os demais pagam 12%. Então, nós vamos ter que ser diretos no que nós queremos. É sair daqui com uma comissão montada, juntamente com o Parlamento, que o Deputado Ismael Crispin vai dizer quem são os deputados, juntamente com a Sefin e buscarmos aquilo que vocês precisam. Essa Casa dá a vez e a voz para vocês. Eu não conhecia o trabalho de vocês. Eu conheço muito bem a castanha-do-pará da qual eu amo, e ela é belíssima, é riquíssima.

Quando eu estive agora no Nordeste, eu vi muitas pessoas falarem assim: “olha, o meu sustento é vender castanha aqui para o Nordeste”. E como vende. E você está na praia e ali o modelo mais ainda arcaico, mas está ali. O cidadão com uma sacolinha de plástico, cheia de castanhazinha te vendendo. Agora, quantos benefícios que a castanha traz para muitas pessoas, desde o creme de pele ao perfume e aí vai, ao chocolate, aí vai. É tanta coisa. Mas, nós temos grandes pessoas que têm a cooperativa, que muitas vezes estão trabalhando sozinhas e estão sobrevivendo, porque o Estado não olhou para elas ainda, a Assembleia também não olhou.

Por isso que é importante o Parlamento. A partir de agora vocês terão um tratamento totalmente diferente daquilo que vocês tinham, porque agora vocês vão ser olhados, porque vocês pediram socorro. Vocês vieram no lugar certo e o lugar certo é aqui. E o lugar certo é aqui. E aqui nós temos a obrigação, daquilo que nós estamos ouvindo vocês, encaminharmos ao Executivo e nós darmos solução à situação de vocês. E amanhã nós podemos falar assim: “passei pelo Parlamento. Fizemos a nossa parte. Hoje, as pessoas que vivem da castanha têm uma vida muito

melhor do que tinham anteriormente." Então, o grande sonho é esse. O grande sonho é esse. Então, é isso que nós temos que fazer.

Quando a gente viaja muito por aí, nós temos maior orgulho de as pessoas falarem assim: "eu amo o açaí". Quem diria, né? O açaí é algo tão local nosso, da região Norte, e hoje o açaí é o Brasil todo, é o mundo. É o mundo. Só que eles não têm o verdadeiro açaí que nós temos aqui - Rondônia, Pará, Amazonas - eles já têm um açaí já lá, açaí cheio de água, só tem o cheiro do açaí. Mas, estão felizes com o açaí, estão muito felizes com o açaí.

Que a nossa castanha, que ela tem o nome que é do Pará, que Deus nos deu. Eu até perguntei: "Como é a castanha, Rossoni?". Ele falou assim: "Foi dádiva de Deus. Deus quando fez o Jardim do Éden colocou lá a castanheira, a castanha, e até hoje está aí." A castanha tem o ciclo da castanha é o que vai dar sobrevivência às pessoas. Agora só precisamos, Antônio Carlos, organizar. Nós damos tanto incentivo fiscal para tanta gente rica nesse País, nesse Estado, que não contribuem com nada. Quando eu cheguei aqui nesta Casa, a primeira coisa que eu bati, a primeira coisa que eu queria fazer era revisão de incentivo fiscal para grandes empresas do Estado, porque não servem para nada. Muitos não servem para nada. Tem um compromisso e não cumprem. E aí recebi uma enxurrada de grandes empresários para cima de muita gente "pelo amor de Deus, segura esse deputado que ele é doido".

Mas, eu tenho isso ainda. O Estado não pode ser apenas um Estado protetor, um Estado "mãezona". O empresário tem que entender o seguinte: se eu te ajudei como Estado e você enriqueceu, agora, é o momento de nós revermos para você ajudar o Estado. O Estado precisa de você. Mas, não. O cidadão tem 85, 95% de incentivo fiscal, se mexer 1% ele

chora, ele pula. E tem uns que não tem nada, como vocês que não têm nada. Não é isso? Não tem nada. E como outros também que não têm nada e contribuem muito para esse País, para esse Estado.

No mais, mais uma vez, Deputado Ismael, eu vou ter que ausentar. Eu tenho uma agenda super lotada. Eu estava no Mato Grosso do Sul e aqui nós temos um ex-governador, e nós temos aqui o nosso amigo Deputado Ismael Crispin que vem lutando, é um deputado que grita nessa tribuna e com razão. Às vezes, eu tento ainda segurar o Deputado Ismael, porque eu sou mais bocudo que ele, mas quando ele abre a boca, para segurar, é difícil.

E lá no Mato Grosso eu vi o Governador Azambuja falando uma coisa. Assim, tem hora que eu fico triste, tem hora que me revolta, e por isso que eu sou tão perseguido na vida, porque eu não consigo admitir que os órgãos de fiscalização do meu Estado... E o Poder Executivo do meu Estado às vezes até se acovarda para os órgãos de fiscalização. Tem que acabar com isso. Porque quando você olha o João Paulo totalmente lotado, quando você vê a pandemia, que ela foi, e agora diz que está voltando, com um tal de "ômicron", uma outra cepa, e as pessoas todas apavoradas. Mas quando você olha também e vê pessoas que têm também um ano, seis meses, dois anos, precisando de uma cirurgia eletiva e não conseguem fazer porque o governo tem que lançar o edital com tabela SUS... Quem vai fazer cirurgia com tabela SUS? Quem vai? O nosso ex-Prefeito? Ninguém vai. Quem vai querer ganhar R\$ 100, R\$ 150 numa cirurgia? E ali, quando eu vejo o Governador Azambuja (Mato Grosso do Sul), que fala "sentei com os poderes, sentei com o Ministério Público, sentei com o Tribunal de Contas, eu, Executivo, e a Assembleia Legislativa, definimos em lei uma tabela que eu credencio os hospitais pela tabela SUS, mas

eu dou um complemento de mais quatro, cinco, seis, dez, quanto for preciso, eu separei 120 milhões para que nós possamos fazer cirurgia naquele cidadão. Só sabe o que é dor quem sente.”.

E eu sei o que é uma dor de vesícula, porque eu já tive. Eu já tive que retirar. Eu sei o que é uma dor de rins, porque eu já tive também que tirar pedra no rim. Eu sei o que é uma dor. Dizem que é uma dor muito próxima da de parto de uma mulher. Dizem que é muito próximo. E é muito dolorido. E o homem não aguenta a dor. Vocês aguentam, nós não aguentamos dor. Essa é a realidade.

Então, fica aqui o nosso apelo nesta Audiência Pública: que o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas, a Assembleia Legislativa e o Governo do Estado assumam a responsabilidade para que nós possamos tirar o nosso povo lá do João Paulo II que está sofrendo e possamos sim credenciar hospitais particulares para poder fazer as cirurgias que o povo tanto precisa.

No mais, muito obrigado. Mais uma vez, Deputado Ismael Crispin, que Deus te abençoe. Que nesta Audiência nós possamos chegar no tão desejado, naquilo que nós tanto precisamos, que é beneficiar e ajudar as cooperativas, os empresários, as pessoas que trabalham com a castanha. Que Deus abençoe a todos vocês.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradeço a deferência do Deputado Jair Montes. Como disse o Deputado, 1º Secretário desta Casa, muito atuante, e um grande defensor dos seres humanos, em especial dos rondonienses. Isso é muito importante.

Quero saudar aqui o Professor Vinicius Silveira, que é professor da Universidade Federal de Rondônia. Seja muito bem-vindo. Terá um momento de fala quando nós abrirmos aqui para a plenária.

Nós temos o último orador: o nosso Superintendente do Sebrae. Após a fala do nosso Superintendente Daniel Pereira, nosso ex-Governador do Estado de Rondônia, nós vamos abrir para a plenária. E aí, já anuncio que vamos abrir ouvindo uma mulher, a Isabela, que representa aqui a Secretaria-Geral, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo do Estado de Rondônia.

Então, após a fala do nosso Superintendente do Sebrae, o Daniel Pereira, nós vamos abrir para a plenária e vamos abrir com a fala da Isabela.

Com a palavra, Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA - Bom dia a todos, todas. Quero saudar o nosso Deputado Ismael Crispin e o Deputado Jair Montes.

Tem coisa que se a gente combinar não fica tão boa. Eu procurei o Deputado Ismael e o Deputado Jair para tratar sobre dois temas que para nós, do Sebrae, são muito caros neste momento: um deles essa questão da castanha e o outro é a questão do turismo. Para nossa felicidade, os dois fizeram os Requerimentos e coincidiu de as duas atividades serem hoje. Então, quem está participando desta agenda agora já está convidado para participar às 15 horas da agenda do turismo, que aí a Mesa vai estar sendo presidida pelo Deputado Jair. E os dois assuntos se complementam. São ações que você pode construir e trabalhar juntas.

Então, obrigado neste momento ao Deputado Ismael e a toda a Assembleia Legislativa, bem como também ao Deputado Jair, por ter abraçado essa agenda.

Quero saudar aqui o nosso querido Dr. Diogo Martins, Diretor de Governança Climática e Bioeconomia da Sedam. Em nome dele, também o meu amigo Jorge Lourenço, que eu vi por ali, o Coronel Farias, o nosso Secretário, e todos aqueles que fazem o trabalho do dia a dia da Sedam.

Saudar o Dr. Antônio Carlos Alencar, representando a Receita Estadual. Estender a minha saudação do Dr. Luís Fernando, que é o Secretário de Estado da Fazenda. Também o Dr. Franco Ono, Secretário Adjunto. Ao nosso querido amigo Jose Cícero, Secretário Municipal de Agricultura de Nova Mamoré. Agradecer a sua presença e mandar um abraço lá para a dupla de Prefeito e Vice-Prefeito lá de Nova Mamoré. Nosso querido Charles Gomes, nosso hoje Secretário-Geral da AROM, aqui representando a instituição, juntamente com Waltinho Lara, nosso amigo. E mandar um abraço ao nosso Presidente da AROM, o Célio Lang, que faz um grande trabalho, um grande parceiro nosso do Sebrae.

Ao Dr. Marcelo Ferronato, biólogo da Ecoporé, parabéns aqui pela exposição. Fantástica.

Ao nosso querido Sandro de Souza Silva, Presidente da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia. Obrigado pela sua presença. Estenda aí a nossa saudação a todos os integrantes da entidade.

O Senhor Dielisson Fortunato, Coordenador Técnico do Reça, obrigado pela sua presença e parabéns pelo trabalho lindíssimo que vocês fazem lá no Projeto Reça. O nosso querido Elielson Suruí, eu não vou falar esse sobrenome dele aqui, que é muito difícil. Quero saudar a ti, saudar o

Josias Gavião. Estender a saudação a algumas lideranças indígenas, que eu reputo a duas dessas lideranças, amigos pessoais e uma outra amiga do mundo, que é o Almir Suruí, que eu conheci em 1995 aqui nesta Casa Legislativa, a nossa querida professora Elisângela Suruí, que é Presidente da Coopaiter (Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter-Suruí), lá de Cacoal, e a nossa hoje universalmente famosa Txai Suruí, cujo tema que levou ao mundo nós estamos, de certa forma, de forma acessória, tratando sobre ele aqui neste momento. E ao meu querido Plácido Gomes, vice-Presidente do Pacto das Águas, e estendendo esse abraço ao Plácido, Presidente da entidade que inclusive conversei com ele vindo para cá hoje, não está bem de saúde, mas se ele estiver vindo pelos meios digitais, eu tenho certeza que, ao final deste evento, ele vai estar 'beleza', vai estar '10', até porque ele é muito apaixonado por essa causa.

Nós vivemos, neste mundo, neste momento, um dilema sobre a questão a Amazônia. Bate o tempo todo na questão do integrar para não entregar. Na verdade, era mais, tira o povo do Sul do país, que está dando problema, e manda para a Amazônia, porque lá eles vão caçar um jeito de sobreviver, que é o caso da minha família, por exemplo. Mas, valeu como apelo.

E o mundo neste momento vive um dilema. A África – eu até mandei para o Deputado Ismael, está até projetado no fundo ali, se pudessem transmitir aquela imagem do fundo aqui na frente, porque a imagem é elucidativa -, os africanos estão sendo invadidos pelo deserto do Saara. E aí o que eles estão fazendo? Eles estão plantando árvores. Eles estão fazendo 8 mil quilômetros de cinturão verde. E está dando um resultado fantástico.

Por que eu fiz questão de trazer isso aqui? O mundo que é árido está plantando árvore, e o mundo que tem árvore, qual é o desafio nosso? É nos tornar árido ou nos manter arborizado? É algo para se refletir. E essa agenda aqui é muito importante, porque tudo o que nós tratamos sobre a Amazônia é uma questão de modelo de desenvolvimento. Eu pontuei algumas vezes já aqui, há mais de 20 anos como deputado estadual, que a não preservação da Amazônia significava tão apenas você desenvolver um modelo econômico sustentável de forma que a Amazônia possa ser sustentada a partir dos seus produtos. E o Brasil tem uma certa dificuldade. Nós dominamos, às vezes, produtos que são externos, de origem. O café, por exemplo, não é de origem brasileira; a cana-de-açúcar não é de origem brasileira; nós conseguimos dominar bem, mas deixamos, por exemplo, a borracha sair das nossas mãos. A nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que foi construída para viabilizar o comércio de borracha, principalmente da parte da Bolívia, quando foi concluída, já não tinha mais comércio de borracha por uma série de razões histórica que todos nós conhecemos.

E hoje, com relação à castanha, somente três países do mundo produzem castanha. Somente o Brasil, somente a Bolívia e somente o Peru. Somente esses três. Agora, o potencial de produção é fantástico. Quem anda muito pelo Estado de Rondônia, como todos nós andamos, eu, particularmente tenho o privilégio de andar muito, hoje eu já vi pelo menos umas 200 castanheiras, que eu vim de ônibus à noite de Vilhena. Passei a parte da manhã vindo de Ariquemes para cá, já estava clareando o dia, e a beleza das castanheiras vai se pontuando. E um amigo meu chamado Dionísio Martins, que foi candidato a vice comigo, em Cerejeiras, em 1992, ele dizia o seguinte: "um hectare de castanheira produz muito mais do que um hectare de qualquer

outro produto que a gente possa colocar lá". Só que nós nem estamos falando de hectare ainda, nós estamos falando de produção nativa. Então, são alguns desafios que a gente tem.

Mas alguém vai falar: "poxa, mas isso não tem viabilidade econômica." E talvez não tenha mesmo, porque todos os outros produtos que a gente tem, Deputado Ismael, viabilidade econômica, o Estado Brasileiro e a humanidade investiu bilhões nesses produtos, para torná-los viáveis. Isso aconteceu, por exemplo, com a carne bovina. Isso aconteceu com a ave, isso aconteceu com o suíno. De certa forma, há um investimento ainda tímido, mas considerável com relação à psicultura. Isso aconteceu com a soja, aconteceu com o milho. E qual o investimento que o Estado Brasileiro faz no seu grande patrimônio, que é a Amazônia? Até mesmo os organismos ambientais internacionais que têm um discurso que eu acho interessante sobre a preservação da Amazônia, mas de uma certa forma, os empresários deles exploram de forma indevida a Amazônia, porque pegam os nossos produtos aqui, semi-industrializados, ou, às vezes, *in natura*, e levam para processar no país deles. Ora, quem está agindo desse tipo não está tendo compromisso nenhum com a preservação da Amazônia. Porque a gente só vai preservar a Amazônia a hora em que a gente desenvolver um modelo econômico capaz de atender 25 milhões de pessoas que vivem aqui na Amazônia. Então, este evento hoje se faz de grande importância.

Eu quero agradecer aqui, de minha parte, às pessoas que me inspiraram a procurar o Deputado Ismael para fazer esse Requerimento, a começar pelo amigo Rossoni Rodrigues, um empresário. E o Rossoni é de uma história familiar complexa. O irmão dele foi deputado junto comigo e ele já propôs, uma vez, de a gente criar o Dia da Motosserra. Ele

queria abater todas as árvores, inclusive as castanheiras. E o Rossoni vem agora, faz o contraponto e fala "não, ele está errado. Nós precisamos das árvores em pé. Precisamos explorá-las de uma forma sustentável", porque o modelo de exploração de árvores, de abater árvores, nós fizemos com o pau-brasil. Alguém conhece uma árvore de pau-brasil? Não tem mais. Acabamos com todas. Alguém conhece o mogno? Um ou outro aí. O Jorge, porque anda lá pelo meio do mato. Porque quem não anda no mato não conhece o mogno, não é? As gerações atuais, a moçada mais urbana, ninguém vê, não sabe onde é que tem um pé de mogno. E alguém conhece uma cerejeira? Eu acho que a última que tinha eu cortei de motosserra na beira do sítio de meu pai, lá em Cerejeiras. Uma cidade que tem o nome de Cerejeiras, você deve achar lá uma meia-dúzia de cerejeiras. Então é um modelo que não se sustenta. E a gente precisa de modelos que eu possa comer hoje, amanhã, depois. É o famoso "ensine a pescar". Evidentemente, desde que você faça com que o rio tenha peixe permanentemente.

Os nossos amigos do Reca, que eu visitei agora recentemente, e eles têm necessidades que a gente precisa tratar aqui. Uma delas é a questão da revisão tributária. Cara, é imposto zero para você vender soja. Tem Lei Kandir, tem confusão aí nos Estados com o Governo Federal. E o mesmo com relação a bovinocultura. O Deputado Jair Montes muito bem pontuou, não tenho nada contra a bovinocultura. Inclusive, eu tenho alguns bois também, estou perto de 5 mil. O fazendeiro do lado tem 4.900 e eu tenho 100, está todo mundo sobrevivendo ali, não podemos ser hipócritas, mas é uma atividade que o Estado vai lá e estimula. E qual é o estímulo que nós estamos dando? Nós estamos falando aqui de castanha, mas poderíamos estar falando de outros produtos que tenham uma ligação aí com a natureza.

Nossos amigos do Pacto pelas Águas me ensinaram muito sobre castanha. No período em que eu estive como vice-governador, tive o prazer de me aproximar de vocês e construir boas agendas, para aquele momento bastante avançadas, nossos amigos da Ecoporé.

O que é que nós gostaríamos de deixar aqui, deputado, como sugestão para a gente encaminhar? A primeira delas é a questão fiscal. Não é justo que a gente tenha um produto nosso, aqui da Amazônia, e a gente tenha... são duas observações a fazer. Primeiro, a relação de um Estado com o outro. O Rossoni me procurou e falou: "Daniel, nós temos condições de colocar uma indústria aqui em Rondônia para gerar 100 empregos", só que o Pará tem uma lei fiscal mais benéfica que a de Rondônia. E uma empresa, ela vai procurar onde ela tenha melhores resultados. Tem uma preocupação, o Rossoni, embora capixaba de nascimento é rondoniense de coração, mas ele está montando uma empresa, é um negócio. E ele vai montar o negócio dele onde tiver matéria-prima e tiver uma vantagem fiscal. É óbvio. E ele está certo de fazer isso. Então, Dr. Antônio, procurar e comparar com outro Estado. Não precisa ter nada melhor que eles, não. Basta equiparar, não é isso, Rossoni. Deixou igual, a empresa vai ser montada aqui. E isso vai servir, também, para todos os outros sistemas que nós temos já trabalhando.

E a gente tem que levar também o olhar para a questão internacional. Porque nós concorreremos com outros países. Poucos deles, que é o caso da Bolívia e o caso do Peru. Agora, eles sistematizam isso muito melhor. Por exemplo, eu fui à Coreia do Sul em 2017. E uma correção, viu, gente, não existe castanha-do-Pará mais; existe castanha-do-Brasil. Lá era *braziliannuts*. Só que o *braziliannuts* era do Pará.

Então, nós temos um potencial fantástico e temos que fazer parte desse mercado. Então a primeira questão é essa: fazer uma revisão tributária ajustada às nossas necessidades. Nós não queremos perder os 100 empregos diretos, mais os indiretos que uma empresa vai trazer. E quantas outras vão ser beneficiadas? O projeto RECA, por exemplo, todo consolidado, um projeto em pé, e que a gente tem que ajudar. É contrassenso a gente falar que tem política de preservação ao meio ambiente, eu incentivo atividade que é, do ponto de vista ambiental, predatória; e não tenho incentivo nenhum para atividade que tem sustentabilidade, não é?

Eu me proponho aqui, Deputado Ezequiel Neiva, desculpa, Deputado Ismael Crispin. (É tanto "el" aqui. Daniel, Ezequiel e assim vai. Gente boníssima, inclusive, o primeiro voto que eu dei para prefeito foi para o pai dele. Seu Adelino Neiva de Carvalho). O Sebrae, neste momento, está trabalhando com 4 produtos que são: o café, o mel, o peixe e o cacau. Estamos trabalhando com outros, mas esses nós estamos trabalhando a identificação geográfica dos produtos. E aí, deputado, eu queria que o senhor nos ajudasse a coordenar – e eu não citei ainda todas as autoridades aqui, mas nós estamos com o Avenilson, meu conselheiro do Sebrae, que está aqui, inclusive, juntamente com o Doutor Antônio – e a gente fazer para o café, fazer para a castanha o que nós estamos fazendo para o café, mel, peixe e cacau, que é a identificação geográfica. Porque quando eu faço isso, é todo um conjunto de ações que eu tenho que fazer, e eu promovo, eu atribuo um valor, agrego qualidade àquilo que a gente está fazendo. Então a gente fazer isso daí; a gente desenvolver concurso de qualidade. E talvez a gente pudesse fazer o mesmo que nós estamos fazendo com a cadeia do café, com a cadeia do cacau. E as outras cadeias também.

A cadeia do café, nós fizemos um investimento de R\$ 5 milhões. A metade do Governo do Estado, e a metade do Sebrae. Se o Governo do Estado arrumar a metade dele, Jorge Lourenço, eu me viro por dentro do Sebrae para arrumar a metade nossa; porque é tão justo quanto o café, que nós estamos... O sucesso que a gente está fazendo com o café. Por exemplo, eu vejo a mais bonita de todas as bancadas que eu já vi nesta Assembleia Legislativa, que é esse complexo feminino, neste momento, duas mulheres são as campeãs nacionais de cafés fermentados. Em 2020 foi uma mulher de Rondônia que ganhou o prêmio de 1ª colocada; e em 2021, só mudou a mulher, mas continua mulher, inclusive do mesmo município, lá do município de Novo Horizonte. Então, nós poderíamos desenvolver, fazer um trabalho, pegar toda a cadeia, pegar todo mundo, empresário, todo mundo, todo mundo, igual a gente está fazendo com o café, igual nós fizemos com o cacau agora, recentemente – inclusive o evento foi a semana passada – premiando os melhores produtos. Aí você cria uma competição sadia para você melhorar a qualidade e você melhorar quantidade.

E, por fim, eu gostaria de propor aqui uma agenda, Deputado Crispin, e eu, pela passagem em que eu estive no governo, eu adquiri um dom que eu achava que eu não tinha, que é o de ser extremamente cara de pau. E por que isso? "Ah, Rondônia Rural Show é um evento bacana.". É, mas a gente fazia evento para nós. E eu sei que Rondônia é bonita, mas quem tem que descobrir que Rondônia é bonita é quem mora fora de Rondônia. Eu visitei mais de 70 embaixadas nesse período. Pelo menos umas cinquenta delas já vieram a Rondônia, inclusive o embaixador da Alemanha veio quando eu estava governador, participou da Rondônia Rural Show 2018, o embaixador do Peru, o embaixador do Chile e outros. O que que eu proporia aqui? Que a gente construa tudo isso, uma política fiscal, o trabalho para a

gente fazer um... coloca o Sebrae à disposição, vou atrás. Não tem um centavo lá no Sebrae hoje, mas eu garanto que a gente arruma o recurso.

Hoje, graças a Deus, o Sebrae está bem pontuado em nível de Sebrae nacional. Inclusive, hoje, 100% das nossas demandas do Sebrae de Rondônia já estão cumpridas. Levando em consideração que nós temos o dobro de atividade dos outros Sebraes que têm o mesmo orçamento nosso, e a gente terminar um mês antes, significa que o nosso povo é muito trabalhador. Então isso dá crédito para a gente junto ao Sebrae nacional.

E aí a gente poderia fazer um trabalho de abordagem com a Alemanha, com a Inglaterra, com a França, com a Noruega e os Estados Unidos. Eles têm um discurso muito legal com relação à preservação da Amazônia. Mas a gente não preserva a Amazônia simplesmente com políticas de: "Ah, não, mas eu sou contra o governo por isso, sou contra o governo por aquilo". Não estou aqui dizendo que o governo do Brasil está adotando a melhor política do ponto de vista ambiental, porque, convenhamos, não está. Mas eu queria ser pragmático. Era nós usarmos dessas ferramentas que nós temos, dessa possibilidade que a gente tem, e a gente ir com eles lá e falar: "Olha, vamos ajudar a gente a financiar os nossos projetos, financiar as nossas indústrias, financiar o nosso meio de produção, mas com um olhar: nada de pegar produto nosso e levar como *commodity* de toneladas em navios, em barcaças para industrializar nos seus países". Esse produto tem que ser industrializado lá na Amazônia – nós estamos falando de Rondônia, mas isso se estende ao Acre, se estende ao Amazonas, Roraima, Amapá – a Amazônia como um todo –, parte do Mato Grosso e a parte do Maranhão que faz parte da Amazônia. Porque aí, sim, a gente

vai ter um processo integrado de valorização daquilo que a gente tem.

E por fim o que me preocupa é o seguinte: se nós não fizermos um trabalho bem feito com relação à castanha, pode acontecer com a gente o que já aconteceu com a borracha, porque nós estamos falando aqui de produção de castanha silvestre, lá no meio das florestas, na comunidade indígena, reserva extrativista. E eu estou propondo um negócio aqui que é o seguinte: a gente ter a castanha como algo para ser cultivado com as experiências da Embrapa, que faz ela produzir num ciclo menor, e os próprios proprietários rurais nossos, aqui da Amazônia, hoje, a própria Embrapa desenvolveu o sistema agrossilvopastoril que você pode e deve, inclusive, produzir, mesmo onde você tem pastagem, você deve colocar sombra, porque os animais também merecem dignidade. E nada melhor do que a beleza e a sombra de uma castanheira, exceto quando ela está produzindo, porque um ouriço daqueles na cabeça deve doer para caramba.

Então é isso. Deixo aqui meus agradecimentos. E esperamos que a gente, a gente está sempre recomeçando, e que a gente possa sair daqui com uma agenda hiper mega top para ajudar esse segmento que é tão importante. E se alguém quer fazer um discurso objetivo com relação à salvação da Amazônia, do ponto de vista ambiental... Não adianta a gente fazer o discurso do contra: "Ah, porque o cara quer plantar isso, quer plantar aquilo". Não. Vamos pegar aquilo que nós achamos que é benéfico para a Amazônia e vamos incentivar. E entre tantos produtos, sem sombra de dúvida, um dos melhores deles é a castanha.

E fica aqui um convite para os senhores e senhoras para hoje, às quinze horas, nós participarmos da Audiência Pública do turismo. Lá, a gente vai expor alguns trabalhos

que já estão sendo feitos. E eu garanto que boa parte do mundo pagaria uma boa grana para tirar uma foto ao lado de uma bela castanheira, inclusive igual àquela que o Rossoni fez uma foto, que está no status dele. Olha que o bicho é graúdo e a castanheira é muito maior do que ele. Boa audiência para todos nós e obrigado pela presença.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Nosso agradecimento aqui ao Superintendente do Sebrae, Daniel Pereira, que acaba de fazer uso da fala. Nós vamos abrir, neste momento, para a nossa plenária. E aí eu já sugiro aqui que a cada fala já façam o encaminhamento. Nós temos aqui a representatividade da Sefin, não é, o Antônio Carlos está aqui, e, hoje, nessa Audiência, fala em nome da Secretaria. Assim como o Diogo também está aqui e fala em nome da nossa Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, a Sedam. Cada representatividade. Aquilo que for pertinente à Assembleia Legislativa, nós vamos acatando aqui os encaminhamentos dos senhores. Então, para ser breve. E queria combinar com vocês, façam um combinado comigo aqui. Muita gente, eu, pelo menos, ainda não almocei. E o Deputado Jair Montes tem uma outra Audiência Pública aqui, o nosso Superintendente Daniel Pereira acabou de citar o horário, e nós precisamos liberar o ambiente para que um outro grupo chegue para discutir e aí a discussão será turismo. Então, eu gostaria que aqueles que vão fazer uso da palavra sejam breves, sejam objetivos, para que a gente consiga chegar ao objetivo a que viemos aqui hoje, está bom? Estamos combinados? Então, para abrir a fala da plenária eu passo a palavra à Isabela de Lima, representando a Câmara Setorial do Agroextrativismo. Com a palavra, Isabela.

A SRA. ISABELA DE LIMA - Olá, bom dia. Agradecer a iniciativa do Deputado Ismael e também do Daniel Pereira, estamos juntos aqui, eu sou representante da Câmara Setorial do Agroextrativismo de Rondônia, é uma Câmara nova. Eu coloquei uma apresentação acredito que devam compartilhar.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Só pedir.

A SRA. ISABELA DE LIMA - Essa Câmara possui 13 instituições, desde o Poder Público, instituições de pesquisa e ensino e também da sociedade civil como cooperativas e também ONGs.

(apresentação de slides)

Eu vou apresentar um pouquinho a Câmara porque eu acredito que, por ela ser muito nova, pouca gente saiba que a gente existe. Ela foi instalada em junho de 2019 e foi criada realmente em dezembro de 2020. A nossa missão é viabilizarem comunicar o que a gente vem produzindo no agroextrativismo e que realmente é protagonista do desenvolvimento socioeconômico aqui no Estado. Então, a gente traz como objetivo articular todo esse conhecimento técnico e estratégico para a gente poder também implementar políticas públicas junto a esses atores da cadeia produtiva. A gente tomou como principais produtos da Câmara - prioritários agora nesse primeiro momento - a castanha-da-amazônia, a farinha, o açaí, o babaçu e também a banana, além de sementes florestais, óleos, essências e o artesanato. Próximo.

E para contextualizar um pouco sobre o assunto que a gente está falando, a gente tem que trazer, então, a nossa

visão sobre o mercado internacional da castanha-da-amazônia – eu chamo “da Amazônia” porque ela está em diferentes países, mas é nesta região que ela acontece. Esse setor movimenta cerca de 370 milhões de dólares por ano e o Brasil é o maior produtor dessa castanha com casca, representando uma produção de 47% sendo o primeiro, logo abaixo a Bolívia. Só que quando a gente olha o mercado internacional a coisa muda. A gente observa que as exportações nos deixam no sexto lugar no ranking de castanha beneficiada e a Bolívia, que é a segunda em produção de castanha com casca, passa a ser a primeira maior exportadora mundial.

Então, aí uma coisa vale ressaltar, que essa castanha beneficiada agrega 400% o valor da castanha em relação à castanha com casca. Então, qual é o nosso cenário? O Brasil beneficia pouco, deixamos de ganhar, de valorizar mais o nosso produto e estamos perdendo um mercado que está aí aberto. A Bolívia, a gente sabe que compra da gente, compra de Rondônia, e está agregando valor exportando. Próximo.

Quais são os motivos da perda de mercado? Inicialmente, pela rejeição de tempos atrás, o Brasil já foi o maior exportador de castanha. Hoje, a gente tem uma rejeição internacional pela perda da confiabilidade devido ao passado de a gente ter apresentado um material com contaminação, o que não quer dizer que hoje ainda se repita, já que a nossa castanha é vendida pela Bolívia; a invisibilidade também e a falta de infraestrutura da nossa cadeia produtiva no nosso Estado e na Amazônia em geral; e a redução de oportunidade de mercado, porque quando eu invisto menos em tecnologia, enxergo menos esses atores da cadeia, eu deixo de acessar novos mercados e acesso mais o mercado nacional que é menos exigente.

Qual é o cenário de Rondônia? Eu tenho um alto grau de informalidade, a falta de estatísticas sobre a produção faz com que a gente ache que a floresta é apenas um empecilho para o desenvolvimento na Amazônia. Então, quanto mais a gente conhecer, junto aos diagnósticos, onde a gente tem os membros da Câmara como parceiros, a gente vai conseguir falar que sim, os produtos da floresta geram ativos, movimentam dinheiro no nosso Estado e está aliada à preservação. A gente tem um local que está sendo preservado e que está movimentando dinheiro da mesma forma.

E outra coisa que é característica da nossa região, nessa cadeia, é infelizmente a precariedade e a defasagem tecnológica e de infraestrutura, que é muito o que o colega Suruí comentou. Eles precisam melhorar o sistema de produção, eles estão lá na ponta, eles precisam apresentar um material com maior qualidade e aí chega nessa falta de informação, a insuficiência de estratégia e esforços dos setores.

Eu acho que aqui é um momento ímpar para a cadeia da castanha, onde a gente tem várias lideranças aqui que podem, sim, tocar as suas agendas e eu acho que a gente vai construir muita coisa boa.

E a falta de promoção comercial do nosso produto local, da nossa castanha de Rondônia, nossa castanha-da-amazônia. Próximo.

Dentre as ações da Câmara – nossa Câmara é muito nova –, a gente tem um diagnóstico da cadeia produtiva da castanha-da-amazônia acontecendo e conta com o apoio dos membros da Câmara, especialmente do Pacto das Águas junto com a Ecoporé, onde a gente está investigando os principais locais de produção do nosso Estado, os atores dessa cadeia produtiva e qual é a produção de Rondônia, de fato. Então,

a gente está chegando de forma amostral nos quatro atores, que são: produtor, o empreendimento comunitário (as associações e cooperativas), os intermediários e as indústrias. Ali, a gente tem um mapinha onde mostra a principal localização dos nossos empreendimentos comunitários, onde estão localizados esses produtores que a gente está querendo obter essa informação e das indústrias de Rondônia. Pode passar.

E outra ação, que é um projeto piloto, ele está no Programa de Aceleração Biotech Rondônia, neste momento, é o SAC Castanha, que é uma proposta piloto de Sistema Amazônico de Qualidade da Castanha, que vem, como meta inicial, definir padrões de qualidade para nossa realidade amazônica. Esses padrões já existem no Mapa, em normas, mas a gente precisa ver e colocar na balança boas práticas e mercado justo. E junto com um APP (Áreas de Preservação Permanentes) conseguir, então, fazer a rastreabilidade desses lotes de castanha, garantindo aí - em parceria com a Sedam - um selo de qualidade desse produto. Em que o produtor agrega no valor do seu produto, da castanha; e a indústria, ao beneficiar, ganha esse selo verde, que vem da Sedam, comprovando boas práticas, rastreabilidade, que vem de um lugar protegido. Então, agregação de valor vai acontecer. Além disso, a gente vai ter informações qualificadas. Vamos ter informações sobre, realmente, a produção do Estado. Próximo.

Outras articulações foram junto à Seagri e à Seduc, que é justamente o acesso aos mercados desses produtores, desses empreendimentos comunitários aos PAAs (Programa de Aquisição de Alimentos) e ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para aquisição de alimentos e para alimentação escolar; articulação junto com a Sedam, justamente com estratégias para o Programa de Serviços

Ambientais; e articulação junto à Sedi para bioeconomia no Estado.

Gostaria de agradecer. O diagnóstico da castanha está previsto para ser divulgado ano que vem. A gente pretende divulgar um evento onde a gente vai fazer um convite a todos os atores, aqui, da cadeia. A ideia é apresentar e discutir. Precisamos estar juntos, a Câmara tem caráter consultivo e está aqui para, justamente, fazer essa ponte. Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Agradecer a Isabela e a cada fala você vai identificando. Parabéns pela belíssima apresentação. A cada fala, você vai identificado, primeiro a grandeza da produtividade que nós temos, a importância desse extrativismo e aí, do ponto de vista que eu trouxe a discussão, eu sempre digo que nós temos uma matéria-prima que está aí; nós temos a mão de obra que também está aí; e nós temos uma dificuldade que é o que nos tira, primeiro, dessa questão da exportação internacional, que é da industrialização, e a tecnologia. Depois nós vamos para a dificuldade das barreiras, porque temos um concorrente muito vizinho aqui, que, apesar de produzir menos que nós, está no cenário internacional em uma exposição muito mais brilhante do que o Brasil. E Rondônia, nós não podemos ficar fora dessa discussão. Obrigado e parabéns.

Convido o Paulo Wadt, pesquisador representante da Embrapa, Doutor Paulo.

O SR. PAULO WADT - Paulo Wadt. Tudo bem?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Só me ensina uma coisa, é porque está V-I-T.

O SR. PAULO WADT - É "W-A-D-T". É por isso que é difícil.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito.

O SR. PAULO WADT - Mas tudo bem. Eu estou representando a Embrapa, mas eu não sou da área de castanha. Então, fizeram uma apresentação, se pudesse colocar rapidinho, eu vou tocar bem rápido e fazer os encaminhamentos como foi pedido.

(apresentação de slides)

Então, a Embrapa tem trabalhado há bastante tempo já em nível nacional com castanha e desde 2014/2015 a Embrapa Rondônia passou a ter uma atuação mais forte aqui. Foi quando se constatou que Rondônia tem uma área florestal muito grande, em termos de floresta similares ao Acre, mas a produção de Rondônia é muito inferior à do Acre. Isso se deve à fuga de produtos para a Bolívia. E ainda se constatou também que Rondônia recebe castanha do Amazonas e isso não é contabilizado.

Então, precisaria realmente, avançar na cadeia e começou a articular e criou uma das ações, um dos resultados foi a própria Câmara Setorial, que foi criada com a Seagri.

Próximo, por favor.

Os estudos da Embrapa se focam muito em conhecer a origem da castanha, qual é a diversidade genética, qual é o

seu potencial, porque se nós quisermos explorar esse recurso, precisamos conhecê-lo bem. O que aconteceu, que fui citado aí, por exemplo, da seringa, é que vieram aqui e pegaram o nosso material e cultivaram ela fora. Então, se nós não conhecemos nós não conseguimos desenvolver.

Próximo.

E aí, especificamente para a Amazônia, talvez uma coisa importante é o desenvolvimento de materiais clonais. Se esses materiais clonais estão sendo feitos com base em árvores que são monitoradas, por exemplo, Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, Resex do Rio Cautário. Esses materiais clonais têm uma vantagem - viu, Superintendente Daniel Pereira? -, porque são materiais que produzem com três ou quatro anos. E as árvores são baixas. Então, não tem aquele problema de você ter a queda da castanha de muito alto. Tem alguns materiais que já estão florindo no terceiro ano de plantio. Porque, por ser clone, já é uma árvore envelhecida. E isso talvez vá trazer um novo mercado aqui para Rondônia, diferente ao que a gente está vendo o associativismo, porque vai poder entrar nas áreas de LPF (Laboratório de Produtos Florestais). Então, talvez uma ação já encaminhando, uma ação desenvolvendo não apenas a produção de sementes, porque a semente nós não sabemos quem são os pais, quem são as mães, e não sabemos se aquela planta vai ser produtiva. É o que acontecia com o café há 20 anos. O café, quando era de semente, podia ser uma planta boa ou uma planta ruim. Com os clones não. Nós vamos saber qual é o potencial dele, e vai encurtar muito o tempo para a produção. E vai possibilitar então que entre também não só em recuperação de Reserva Legal, mas também em LPF.

Próximo, por favor.

Em relação também as coisas que estão sendo desenvolvidas: há a questão de boas práticas de coletas sustentáveis da castanha. Um dos problemas da castanha, da má qualidade, é a aflatoxina. Isso aí é uma toxina que está ligada a um fungo, que está presente em todos os solos. A única forma de controlá-lo é o controle pós-colheita. Então, isso é prática de manejo.

Então, a Embrapa desenvolveu uma série de procedimentos que são viáveis de serem utilizados pelo produtor extrativista, não exige grandes tecnologias. Então, isso já é feito bastante no Acre, por exemplo. Por isso que a castanha deles tem melhor qualidade e melhor entrada nos mercados.

A outra coisa são práticas silviculturais. Mesmo sendo uma árvore na floresta, às vezes ela está cheia de cipó, por exemplo. Então, se você faz uma limpeza de cipó, faz a sangria, você consegue aumentar a produção dela. Então, existem algumas técnicas que foram desenvolvidas. E, principalmente, também tem aqui já à disposição, a metodologia para a produção de mudas de castanheiras para o produtor extrativista. Então, para que ele possa produzir as suas mudas, porque ele tem a semente, e tem tudo ali: tem a semente, tem os meios e tem a mão de obra. Então, não precisa comprar essa muda. É só fazer a capacitação.

E aí, por exemplo, talvez uma outra proposta que poderia ser feita é a capacitação em cima dessas práticas, programas de capacitação.

Próximo.

Isso aí eu não vou nem falar, porque eu não conheço quase nada disso, mas são grupos que já são formados aqui: "Coletivo da Castanha", "Semear Castanha", "Diálogos Pró-Castanha", que são, acho que parece que os três primeiros

envolvem produtores e técnicos, e último são mais ONGs e técnicos, que são grupos que trabalham com castanha aqui em Rondônia. Eu não conheço muito bem porque não é minha área.

E o próximo então.

Essa é a equipe que trabalha.

E antes de fechar, eu gostaria de fazer outro encaminhamento. Reforçar a fala em relação à identidade geográfica da castanha. Eu quero colocar o seguinte: a castanha da Bolívia é bem vendida, porque foi reconhecida geograficamente como uma castanha segura. A castanha brasileira vem do Pará, do Amapá, do Amazonas, de Rondônia, e nós não sabemos como que é. Aquela castanha que deu problema não foi a castanha daqui. Foi a castanha do Pará, mas não se diferencia isso. Tudo é castanha do Brasil.

Temos que trabalhar com uma marca geográfica ampla. Por exemplo, castanha da Amazônia, mas vindo de Rondônia. E começar a mostrar que a castanha aqui é segura. E existe essa possibilidade de aí, roubar um pouco a *expertise* que tem a Bolívia, que eles trabalham com a nossa castanha. Então, a sua proposta é muito viável, porque nós vamos diferenciar a castanha dessa região daquela da Amazônia ou brasileira que é do Pará, que é do Amapá. Entendeu? E aí você consegue ter então um trabalho de identificação geográfica que vai dar todo o suporte para ter um diferencial de mercado. Então, não é um encaminhamento meu, é de vocês, mas reforçar isso.

Era isso que eu queria falar. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Paulo, que representa neste ato aqui a Embrapa. Nós vamos ouvir o senhor Ricardo De Rosa, e na sequência o senhor

João Batista, que é Presidente da Coomade (Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira). Ele tem um compromisso, mas vamos ouvir antes o Ricardo De Rosa, que representa a Amazon Indústria.

O SR. RICARDO DE ROSA - Bom dia a todos e a todas. Estou muito feliz pelo convite e, principalmente, eu já tenho que agradecer, desde já, ao Deputado Ismael, conhecendo também o Superintendente Daniel Pereira, e ao meu parceiro Rossoni. O Rossoni, conheço ele há um ano e meio, dois anos. Conheci em São Paulo, eu sou de São Paulo. Sou proprietário de uma empresa há 25 anos, só trabalho com castanha praticamente, 80% da nossa empresa. Trabalho em todos os Estados. Conheço e coloquei muitas cooperativas, aprendi muito com o cooperativismo, com os índios, quilombolas. Sou filho de agrônomo e sou muito patriota por causa do meu pai. Então, por quê? Porque meu pai era um agente público e ele não sabe de onde vieram os filhos dele comerciantes.

Mas, aproveitando, eu não sou um castanheiro. Castanheiros são vocês. Eu sou do Estado de São Paulo. A região amazônica riquíssima, mas eu fico abismado como, neste país, a gente não dá valor ao que temos. E não digo só da castanha, não vamos ser redundantes. O que eu penso, e por isso que estou aqui, há algum tempo venho conversando com o Rossoni, ele é uma pessoa extremamente, como você já disse, ele é capixaba, mas ama a floresta, como eu também amo.

E o que eu posso falar para vocês é o seguinte: podemos fazer muito mais. O meu interesse em estar aqui, de tanto conversar, Rossoni realmente fez parte disso, através do deputado, do Daniel, e eu nunca vi um negócio desses em

minha vida, em 25 anos. Então, parabéns para vocês. Quero fazer parte, quero ajudar o Estado de Rondônia. Quando eu falo "ajudar", não é uma hipocrisia, porque já estamos fazendo há um ano e meio. Já investi R\$ 1 milhão em transporte, tudo o que foi comentado aqui, a necessidade...

Conheço o nosso amigo ali, o Sávio, do Pacto das Águas, há alguns anos. Tenho interesse sempre em estar fazendo parcerias. O que a gente precisa é saber o que temos nas mãos e o que podemos fazer. Eu acho que juntos, eu sozinho não consegui fazer nada, sempre tentei fazer parcerias. O que falta realmente é o que já está sendo discutido aqui: é ter o comprometimento, sair com algumas coisas daqui hoje para dar sequência. Não é só o interesse do incentivo fiscal — vou abrir bem aqui —, porque o incentivo fiscal hoje eu já tenho. Realmente, a gente no Brasil tem esse grande problema da guerra fiscal, etc., isso é um problema federal. Eu já tenho filial no Pará, já temos filial. Estou abrindo uma aqui em Rondônia, óbvio, esse é o interesse. Já temos no Acre, etc. Só que hoje eu vejo assim, Estado de Goiás, Iporá tem 4 pequenas fábricas. Elas têm um incentivo absurdo, não tem um pé de castanha. Brasília tem uma fábrica. E deram incentivo e fizeram uma fábrica em Brasília. Até no Paraná tem fábrica de castanha. Como que Rondônia, como que Amapá, como que Roraima, eu não posso dizer Amazonas e Pará, porque eles foram os pioneiros, as famílias de lá. O meu conhecimento é dessas regiões. Eu fui representante há muitos anos, no meu início, da maior fábrica de castanha que teve no Brasil. E eu fui pegando paixão, vontade, abertura de mercado.

Eu viajo o mundo hoje através, graças a Deus também — tem que frisar aqui — ao investimento que tem a APEX (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos), eu tenho que falar isso também. E hoje eu

leve em vários lugares, nunca ninguém foi, por exemplo, participando de feiras, só para vocês entenderem o meu papel. Por isso que eu digo que eu não sou castanheiro, eu sou comerciante. Só que o meu papel, por isso que cada um aqui dentro tem que colocar no papel para fazer a coisa crescer. A gente já foi para o Irã, já foi para a Rússia, já foi para a Coreia, já foi para Estados Unidos, Europa, etc.

Então, é isso que eu quero deixar aqui: temos o interesse de estar no Estado, já estamos no Estado, vejo as necessidades. A cada mês, eu estou vindo para cá. Só que o que acontece? Tudo precisa de união e, lógico, de vontade, não só política, mas de todos nós, senão não vamos chegar a nenhum lugar.

Então, eu quero agradecer novamente. Estou à disposição. Quem quiser conversar comigo, sou sempre aberto. Muito obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Ricardo. E nós é que agradecemos. O Estado de Rondônia agradece a boa intenção do empresário, da sua consciência, também, ambiental e da vontade de produzir riquezas aqui no Estado de Rondônia. E quando eu falo de riquezas, eu falo da geração de emprego, falo da geração de renda, isso é muito importante. De tudo que você trouxe aqui, eu acho que talvez a pessoa mais apropriada para poder dar um retorno, já, aqui na fala e a gente já fazer esse bate-bola, é o representante da Sefin. Eu queria, Antônio, que você, aproveitando a fala, já traga, pelo nosso Ricardo, você fizesse aqui um apanhado disso para, na sequência, a gente já ouvir o João Batista.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR - Certo. Como a gente vê que tem dois interesses harmônicos aqui, de quem produz e de quem industrializa e comercializa, quero parabenizar, porque a gente vê que é um momento em que o setor privado precisa apenas que o setor público não atrapalhe e dê uma equiparação de normas. Então, assim, como foi dito antes, os Estados, antes de 2017, estavam posicionados. Como num jogo de bolsa de valores, você comprou uma ação, uma coisa, você está posicionado, você realiza aquilo ali. Então, quando chegou a Lei Complementar 160, de 1997, e o Convênio 190, o Confaz, com participação do Governo Federal, ele disse, "olha, vamos parar com isso aqui". Quem congelou naquele momento, e o que aconteceu, quem foi mais ousado, só para vocês entenderem, como Goiás, alguns Estados: Minas, até o Pará, estavam posicionados.

O nosso setor produtivo anterior a 1997, como Estado Novo, se posicionou nas demandas que foram mais urgentes. Isso não impede que o desenho construído, ele possa ter alguma modificação. Tem. Quando um benefício fiscal de outro Estado, que estava posicionado, por exemplo, o Pará, está na região norte. Mato Grosso, colado aqui, não está na nossa região. Então, assim, para deixar claro que, às vezes, não é má vontade, mas a regra, ela dá para o gestor público sanções. E já houve casos aí no Mato Grosso de problemas gravíssimos para as pessoas, mas onde é viável, é viável. No caso do Pará, que foi citada uma alíquota de 2,5% na saída da industrialização para um outro Estado, a gente precisa só pactuar aqui qual o encaminhamento.

Primeiro, o setor, a indústria, o terceiro Setor, tem que se unir e mandar uma documentação modelando o que se quer para a Casa Civil, Sedi (Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação) e Sefin (Secretaria de Estado de Finanças). Então, assim, tem uma coordenação do alcance

disso pela Secretaria de Desenvolvimento – mudou o nome, não é, Avenilson? E a Casa Civil, eu falo porque é aquela admissibilidade, a porta de entrada do governo, não é? E a Sedi e Sefin vão modelar. A modelagem é qual? É calcular qual o impacto disso. Eu já mandei fazer, já tem uma turma trabalhando, mandei aqui no zap, o que se recolhe hoje a 12, na venda interestadual, para 12,5, qual a diferença. Botar na LOA 2022, que aí está na governança do deputado, que vai ser ainda votada a versão definitiva, não é, deputado? A Lei aprovada na ALE (Assembleia Legislativa). Qual é a grande diferença depois de feito esse roteiro? Nós vamos comunicar ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). Se fosse diferente do cupuaçu e do açaí, que eu vou citar qual é a diferença, nós temos que pedir ao Confaz para ter a aprovação. Alguns benefícios no açaí, por exemplo, e no cupuaçu, que foi em 1994 o convênio, naquele tempo, cortado na tesourinha ali, era empacotado, congelado, era o máximo em 1994. De lá para cá, agregou-se valor, a RECA, tudo ali. Então, assim, o que se pede é que nós vamos modelar também, para pedir que o Confaz aprove para os derivados. Não está na nossa governança. A vantagem é que são Acre, Rondônia e Amazonas que estão no convênio do açaí e do cupuaçu. Do subproduto, já com um pouco de agregação.

A venda interestadual do açaí e do cupuaçu, a polpa *in natura*, que não agrega valor, ela é isenta interna e externa. E já a da castanha, não é. Então, da castanha, nós vamos fazer esse roteiro. O setor requer, tanto para a Assembleia, como para a Casa Civil – não é, deputado? –, que está encaminhando ali, e eles manifestam o apoio lá e a gente vai modelar, Sedi e Sefin. E vamos fazer um projeto de lei colando o benefício do Pará, que é a cola, e a gente comunica ao Confaz. Já consultei aqui meus assessores e acredito que a gente consegue dar uma resposta no curto

prazo se tiver essa objetividade nos encaminhamentos. Então seria isso.

E também temos uma outra coisa que é a Nota Fiscal Fácil, também, para os coletores, que faz até no celular. E depois, assim, esse trabalho miúdo, se os setores quiserem fazer depois uma rodada com a Sefin, com a Sedi, para tratar só da castanha, a gente pode fazer aí um trabalho, uma câmara de trabalho - Sefin, Sedi, Seagri, Sedam -, essa questão da inscrição, de como trazer para a legalidade a extração. Então a pauta tem vários pontos, mas, objetivamente, sobre o benefício para redução, é isso aí, deputado. É fazer o roteiro certo. Fazer o pedido, encaminhar para esses três órgãos. Casa Civil, Sedi e Sefin.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Antônio Carlos. Já vou fazer, adiantando aqui, dada a urgência que eu entendo que o tema merece, vou pedir o apoio da Sefin, o apoio técnico, para a gente ir pela via correta, porque, às vezes, nós tomamos uma iniciativa aqui na Casa, aí quando chega na Casa Civil, "não, o caminho não é esse, você tem que voltar lá", você começa do zero. Então, aproveitando a tua presença, já peço o apoio técnico para a gente trabalhar isso com urgência.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR - À disposição.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Assumindo aqui a responsabilidade, através da Assembleia Legislativa, de, junto com a Sefin e os atores que são os envolvidos

nesse processo aí, a gente tomar iniciativa de modo "anteontem".

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR -Eu vou destacar um assessor específico para isso aí. Está bom? Cuidar disso aí.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Perfeito. Perfeito. Já agradecemos.

Vamos passar a palavra ao João Batista, que é Presidente da Coomade (Cooperativa de Agroextrativismo do Médio e Baixo Madeira). Com a palavra.

O SR. JOÃO BATISTA CARVALHO DA SILVA - Então, bom dia a todos e todas. Quero cumprimentar a Mesa; cumprimentar o Deputado Crispin pela iniciativa. Não o conhecia ainda, mas é uma honra conhecê-lo e saber que você está brigando por esse povo. Quero cumprimentar o Daniel Pereira, nosso Presidente do Sebrae, nosso futuro, não é, depois a gente fala o futuro, não é? Em nome do meu amigo Sandro, eu quero cumprimentar todos os presentes aí da Mesa; em nome da nossa colega Isabela, quero cumprimentar todas as mulheres presentes nesta Casa.

Enfim, quero ser bem breve, que já me contemplo com a fala dos colegas, mas eu vejo que se a gente não começar aqui trabalhando a questão da preservação, nós não teremos castanha no futuro, não é? Falo aqui em nome da Cooperativa do Baixo e Médio Madeira, que foi fundada em 2008, devido à necessidade do primeiro Projeto de Ação à Jusante do Brasil, que é concedido pelo Projeto Hidroelétrico do rio

Madeira. Então esta cooperativa tem uma finalidade de também cuidar da preservação florestal. A castanha é um dos nossos produtos que a gente tanto fala e tanto discute e tanto protege. Nós temos uma fábrica que foi entregue pela Energia Jirau, que está situada na comunidade de Aliança, no distrito de São Carlos, no Baixo Madeira, aqui na linha, que chama ramal da Penal.

Esta fábrica foi construída pra processar 260 toneladas de castanha, que é o que temos no Baixo Madeira. Nós falamos da Reserva Extrativista Lago do Cuniã, assim também como estamos situados até 2 de novembro, Rio Preto e assim os afluentes do nosso rio Madeira. Mas a gente percebe que na enchente de 2014, isso é muito visível, que nós perdemos 50% dos nossos castanhais, devido à grande cheia do rio Madeira, que foi impacto, certamente, das usinas. E isso não tira da nossa cabeça que não é responsabilidade dos empreendimentos hidrelétricos, não é, que foi aprovado por esta Casa.

Portanto, eu vejo que a hora oportuna é essa de a gente cuidar desta floresta que ainda resta. E a cooperativa tem uma missão de reflorestar a parte degradada do nosso Baixo Madeira com castanhas. Então, neste primeiro momento, a cooperativa tem, está já no seu radar de reflorestar 40 hectares de SAF. E com isso já estamos em...Um dos produtos é a castanha. Então eu vejo que a gente precisa combater o desmatamento ilegal. E nisso a gente tem muita preocupação, porque hoje o fogo ilegal no Baixo Madeira é muito grande, o garimpo dá um impacto direto nos castanhais, porque se faz as balsas dos garimpeiros com a madeira, que é a castanheira que é a melhor de se fazer a flutuação. Então a gente se preocupa muito com isso. Então precisamos combater esse desmatamento ilegal, que, infelizmente, está na nossa região. A soja tem

avançado para a região do Baixo Madeira e isso tem desmatado muito a nossa floresta. E a gente percebe que é um desmatamento ilegal.

Então, quero aqui dizer que muito em breve nós estaremos já colocando a nossa fábrica de castanha a funcionar com um recurso que estamos aguardando da Sedi (Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação), que é um recurso para revitalização da nossa fábrica de castanha, que está situada no local que acabei de mencionar.

Então é essa a nossa contribuição aqui. Poder dizer que nós estamos atentos a isso. Somos os guardiões da floresta. Estamos ali no Baixo Madeira. Queremos fazer parte desse grupo que está exportando castanha e nossa fábrica é para industrializar a castanha. Ela foi preparada para isso. Infelizmente, ficou num local de difícil aproximação comunitária; infelizmente, alguns equipamentos nossos foram saqueados, mas a gente já está resolvendo isso. Espero que, com esse recurso, o mais breve possível, da Sedi, a gente consiga já resolver o problema da nossa indústria e nós estamos trabalhando para reflorestar o nosso Baixo Madeira com castanha. Essa é a nossa contribuição aqui. Infelizmente, tenho que me ausentar. Vou pedir licença aos demais para sair. Sucesso para todos nós. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, João, pela sua contribuição e me chamou a atenção a questão do reflorestamento. Salvo engano, acho que o Paulo Wadt foi quem falou dos clones da castanha. Então acho que aí é possível a gente fazer um encontro para poder contribuir nesse sentido. Muito obrigado pela tua participação.

Convido a Keli. Cadê a Keli? Keli Régguas vai falar pelo Pacto das Águas.

A SRA. KELI RÉGGIAS - Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Parabenizo esse evento. Trabalho na Pacto das Águas há aproximadamente 4 anos, sobretudo com a cadeia da castanha e fiquei muito feliz porque é a primeira vez que a gente, de fato, está discutindo a castanha, trazendo diferentes atores que, de uma certa forma, acabam sendo inviabilizados ou invisibilizados, que são os produtores das terras indígenas, reservas extrativistas e, em alguns casos, até da própria agricultura familiar.

Esse ambiente, hoje, traz um leque e também é um convite para a gente pensar a responder uma pequena questão, que eu fiquei pensando desde o começo da Audiência, na verdade: onde é que nós queremos chegar com a castanha de Rondônia? Eu acho que essa pergunta vai nos possibilitar responder e dar alguns encaminhamentos importantes para pensar, de fato, uma estruturação da cadeia da castanha. Nas diferentes falas aqui eu observei que muitos falavam em mercado internacional, levar a castanha para outros países e muito também relacionado aos nossos colegas da Bolívia que hoje conseguem fazer essa exportação e a gente ainda não consegue. Bom, devido aos trabalhos que a gente vem desenvolvendo há algum tempo, da Pacto das Águas, tem algumas questões que são importantes para a gente pensar se, de fato, a gente quer chegar com a exportação da castanha, a gente precisa realizar algumas coisas internamente e uma delas foi muito bem mencionada pelo Paulo, que diz respeito à qualidade da castanha. Se a gente não controlar a aflatoxina, a gente não vai conseguir exportar, porque já tiveram outras experiências e um dos

fatos da Bolívia conseguir exportar é que eles conseguem controlar a aflatoxina.

A aflatoxina, para ser controlada, ela precisa ser, de fato, efetivada às boas práticas em todos os elos da cadeia, seja no processo de coleta, desde lá da floresta, até o processo de industrialização. Então, nisso a gente precisa investir. Pensar em como nós fazemos isso, como nós investimos em qualidade e como é que a gente pode pensar em estrutura de armazenamento, boas práticas na industrialização, boas práticas no processo como um todo.

Também chamou bastante a atenção que a Sefin está aqui, a gente fica muito feliz, porque a gente vem trabalhando bastante isso com os produtores que a gente trabalha que é a formalização da produção. A gente vem tentando, fazendo esforços para regularizar esses produtores para que toda a produção deles saia com nota fiscal. Porém a gente consegue fazer isso muito ainda nas áreas que a gente atua, que hoje são praticamente cinco áreas, dadas as vastas áreas que tem o Estado de Rondônia, ainda é pequeno. Então, esse é um outro ponto de destaque.

E aqui, hoje, a gente se encontra em um ambiente que a gente tem empresas; a gente tem empreendimentos comunitários; a gente tem organização de terceiro setor; a gente tem Sefin, que faz o processo de formalização; e a gente tem governo; e a gente tem esses atores que, penso como encaminhamento é a gente pensar como é que nós podemos pensar um projeto, de fato, estruturante para a cadeia da castanha no Estado de Rondônia. Porque, nós precisamos sair desse espaço muito pequeno e pensar em ações conjuntas desses diferentes atores para que, de fato, nós consigamos unir esforços e chegar àquilo que a gente está pensando, que é o que a gente está debatendo aqui, que é a exportação. Por quê? Porque, com a exportação, a gente

tende a agregar mais valor nesse produto e isso vem voltando nos elos para trás. Se agrega na parte comercial, você vem voltando isso para os empreendimentos comunitários, para a indústria. A indústria consegue um retorno financeiro maior, os empreendimentos comunitários também conseguem um retorno maior e isso chega lá na ponta. Porque, hoje, a gente entra em uma safra de castanha que tem um potencial de produção média, não vai ser uma safra muito grande, porém não será uma safra pequena. A gente está falando só das áreas que a gente trabalha – de aproximadamente de 200 toneladas de castanha – e a gente chega para o castanheiro, nas reuniões de planejamento de safra, dizendo para ele que o preço da castanha dele vai custar menos do que um litro de combustível em determinadas áreas.

Então, hoje, nós precisamos acho que um dos pontos de encaminhamento é isso: como é que os diferentes atores podem se unir para, de fato, a gente pensar algo estruturante para o Estado de Rondônia; que não sejam ações pequenas e isoladas, mas que seja algo coordenado em que esses diferentes atores possam atuar. Também tem alguns pontos que são ações um pouco mais pontuais, mas que somam. Por exemplo, a gente tem o PAA Estadual. Como a gente pode potencializar o PAA Estadual para que ele dê viabilidade para as pequenas cooperativas, associações, esses empreendimentos que também receberam incentivos do Estado para instalação de pequenos agroindústrias?

Então, é um encaminhamento. Como a gente faz isso dentro do Estado? Outro ponto que o pessoal da Sedam sempre vem trazendo, que o Marcelo também trouxe, que é o pagamento dos serviços socioambientais. Quando é que, de fato, a gente vai pensar em colocar isso na prática? A Lei está aí, está criada, mas o que ainda está faltando? E como

que cada ator, que está aqui hoje, pode contribuir e pode unir para gente conseguir de fato, colocar isso – vamos dizer assim – para funcionar?

Bom, acredito que trago esses três pontos como encaminhamento e eu acho uma coisa que é muito importante que eu ouvi em uma fala é o seguinte, que a gente acaba olhando muito a castanha como o “inho”, sabe? Aquele pequenininho, onde o produtorzinho vende um quilinho de castanha e isso não é verdade. Nós temos, hoje, mais de 15 mil produtores de castanha no Estado de Rondônia, onde a maioria dos indígenas das reservas extrativistas, sobretudo a renda familiar, vem da coleta da castanha e não é pouca coisa. O Marcelo trouxe. São mais de milhões que são movimentados, fora aquilo que é subnotificado, que a gente sabe que é quase a maior parte, na verdade. Então, assim, eu acho que a castanha e a cadeia precisam e merecem uma atenção maior e nós somos responsáveis para trazer essa atenção maior para a cadeia da castanha. É isso.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - A fala da Keli traz aqui para nós uma reflexão. Acho que na fala do senhor Paulo Renato, Ricardo e outras duas sou três falas que disseram o seguinte: nós nunca nos reunimos aqui, nunca nos reunimos para tratar da nossa produção de castanha. Independente da maneira mais arcaica ou olhando para a industrialização. Nunca houve essa discussão.

Então, hoje, acontece aqui o primeiro passo, porque nós estamos agregando aqui dentro desse ambiente todos os setores, desde o mais primário, àquele que quer industrializar e que quer exportar, o consumidor, tudo isso. E eu fico feliz, Paulo Haddad, por você chegar aqui nessa Audiência. Primeiro, te cumprimentar. Obrigado por

estar aqui. O Haddad é Presidente da nossa Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rondônia, a nossa Fapero. E eu sempre aponto que essa entidade é de uma importância gigantesca para o Estado de Rondônia.

Aqui, hoje, nós tivemos a participação do Vinícius – acho que saiu –, que é da Unir; a participação da Embrapa. E isso é importante, porque o que nós estamos discutindo aqui, diga-se de passagem, nós estamos falando da sobrevivência, inclusive, da nossa produção de castanha. E se não tiver esses segmentos muito envolvidos dentro, olhando para o futuro, infelizmente, daqui a pouco a gente vai olhar para trás – cadê o Rossoni? – e vamos ver só a sua foto em volta de um pé de castanha. Ele já não existe mais. Então, nós precisamos de fato, e a fala da Kelly traz o seguinte: a necessidade da coordenação, de que todos esses atores, de fato, façam essa discussão como fazem em outro segmento.

O agronegócio se reúne para discutir a produção da soja, do milho, do boi. Aqui, vocês têm essa missão e eu só contribuo por isso, e fico muito feliz de estar dando a minha parcela de contribuição, foi aqui a colega que falou da Câmara Setorial do Agroextrativismo, que é muito novo. Ela colocou: “olha, isso é muito novo. Nós estamos chegando para a discussão agora.” Só que agora, nós precisamos firmar nessa discussão que é tão importante. Haddad, muito obrigado e tens aqui uma missão de compor com esse grupo.

O SR. PAULO RENATO HADDAD – Obrigado, Presidente, quero saudá-lo. Deputado Crispin sempre muito preocupado e atento sobretudo às coisas dos pequenos. Eu que venho da Seagri sei o quanto é necessária essa atenção à bioeconomia, que advém da castanha. Vejo com muita alegria o Reça, o Baixo Madeira aqui representados, a Ecoporé, que

tem uma atuação bastante significativa no segmento. E muito me alegra também ver o Antônio Carlos aqui, primeiro cumprimentá-lo. E sobretudo lembrar que o Antônio Carlos é sensível a essas questões, é um cara muito atento a isso e sempre disponibiliza estudos e tudo que nós precisarmos em termos de o que afeta a cadeia e acho que esse é um passo importante. Mas, o primeiro e mais importante é o que o senhor deu, Deputado. Parabéns. Obrigado, viu?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Haddad. A Seagri está aqui representada pelo Jorge Lourenço e nós queríamos ouvi-lo também, até porque a nossa Secretaria de Estado de Agricultura de Rondônia não é só café, arroz, soja, boi. Ela é castanha também.

Então, com a palavra, o Jorge Lourenço. Liga no vermelho. Aperta no vermelho. Isso.

O SR. JORGE LOURENÇO - Bom dia. Cumprimento a todos na pessoa do Daniel Pereira, o qual a gente já trabalhou algumas vezes ao longo de muitos anos, 30 e poucos anos. Então, a Seagri, justo, não é só café, cacau, mas a Seagri tem também uma série de outros fomentos lá. Inclusive, hoje, a gente tem castanha, especificamente junto à Sedam, a proposta de desenvolver mudas para distribuição a produtores.

Na Seagri esse projeto, a gente já está em discussão com a Sedam, eram 10 mil toneladas de sementes de castanha, para o nosso tamanho a gente solicitou 2 toneladas da Sedam para produzir castanhas e distribuir setorialmente com produtores. A castanha plantada é a nossa intenção, de acordo com o diagnóstico feito pela própria Sedam de floresta plantada, onde esse diagnóstico de florestas no

Estado para produção dessa floresta, tanto nativas quanto exóticas, para o agroextrativismo ou para a produção direta de madeira, são oito microrregiões distribuídas por todo o Estado, levou em consideração desde o sudoeste – Costa Marques, até Guajará-Mirim, Vilhena –, já bem desenvolvida, Ji-Paraná, Ariquemes, Cujubim, e a ideia é que essas mudas sejam produzidas a partir dessas sementes e distribuídas de forma setorial para que a gente crie próximo às indústrias prováveis de castanhas e tenha o castanhal ali.

E a gente sabe que essa produção de castanha vai se desenvolver e começa a criar norte quando a gente vê pesquisa em cima da planta, a planta sendo melhorada. Toda produção, hoje, agrícola que se forma e vai produzir recursos, ela teve um melhoramento em cima da planta. A planta foi sempre melhorada para apressar a produção, torná-la mais forte, mas isso é produção fora das Unidades de Conservação. Produção fora das Unidades de Conservação, por quê? Não vamos colocar uma planta geneticamente modificada dentro de uma Unidade de Conservação. Seria um contrassenso à própria criação da Unidade. Mas, com a produção que hoje existe no Estado, e o Estado..., a gente tem que se preocupar com quem busca a castanha. Eu ouvi fala muito na sanidade da castanha. Os fungos que tanto atrapalham... Mas aquele produtor que hoje está ali – o Estado é o maior produtor de castanha, acho que hoje tem nas suas Reservas Extrativistas, junto com os extrativistas –, mas eles são trabalhados hoje para as boas práticas, para começar a coletar castanha dentro da produção de boas práticas? Quando a gente trabalhou na Reserva Estadual Rio Cautário, junto com o Pacto das Águas, era uma das premissas. Não é isso, Sávio? O Sávio, o Plácido, a gente está sempre muito próximo dos nomes, mas era muito isso. Então, tecnicamente os extrativistas não são agricultores do cotidiano.

Então, eles precisam ser trabalhados sempre para que eles busquem essas boas práticas naturalmente. Porque a tentação é muito grande. Eles têm isso uma vez por ano, esses recursos. Eles têm, a partir de agosto, os bolivianos, atravessando o rio e começando a aliciá-los para vender antecipadamente a castanha, onde eles não têm condições, às vezes, da manutenção diária de comida, de combustível, porque eles trabalham no resto do ano também. Então, de novembro a março, eles estão voltados para a castanha. Mas já começam a sofrer, em relação a isso, lá em agosto.

E a única vez que eles conseguiram vender muita castanha para dentro do Estado foi quando a Sedam, através do Governo do Estado, não permitiu que eles vendessem para os bolivianos sem ser pelos meios legais. O Estado fechou todas as entradas da Unidade de Conservação, e só passava ali com a nota pronta, os tatuíssó passavam nas barreiras com a nota pronta, com o destino para onde ia a castanha. Foi quando mais se vendeu castanha para o interior do Estado. Porque o contrário é quando você não está prestando atenção a esse movimento, que ocorre muito na Resex Estadual do Rio Pacaás Novos, muito ocorre no Rio Cautário, mas não acontece de novembro a março. Ocorre a partir de agosto. Eles já contratam os próprios extrativistas para comprarem mais barato do extrativista que está ali. O brasileiro termina sendo o explorador do outro brasileiro produtor. E se o aparato estadual, se o aparato da Sedam que está lá todo dia com eles não começar a trabalhar, o Pacto das Águas faz um trabalho direto ali dentro, com barracões, com mesas de produção, ensinando-os a limpar a castanha. Se isso for feito também em nível financeiro para que ele se mantenha, tenha a comida dele todo dia, ele vai vender sempre.

E daí a gente vai partir sempre do cara, que é o início da cadeia, mal assistido. E o cara, o início da cadeia, mal assistido, sem ter dinheiro para manter-se, ele vai vender para qualquer um que chegar lá primeiro. É só notar, a castanha é um valor enorme como comércio. Mas e a moradia? Para você ver o tamanho do moço, olha a moradia dele lá. Olha as condições em que ele vive. E daí você vê se ele vai progredir ou não ali dentro.

Aí o outro lado do nosso trabalho hoje é no fomento da planta dentro de LPFs (Laboratório de Produtos Florestais), de SAFs (Sistemas Agroflorestais) para aquele moço que vai ser o agroextrativismo, mas considerando uma forma mais organizada para que você crie e facilite toda a infraestrutura. O aglomerado de castanhas ali dentro daquela região, o acesso mais facilitado, a indústria ali do lado. O Estado se organizou, fez um levantamento, um diagnóstico de onde poderia colocar isso. Definiu 8 microrregiões, e é onde a gente quer trabalhar para a castanha. Mas é onde a gente também quer se organizar e trabalhar para outras produções. Por exemplo, a borracha: há uma lei estadual que dá um incentivo para o produtor de borracha, um subsídio para ele. Porque os preços são muito baixos lá atrás. O comércio tem um leque muito amplo. Para você ter uma ideia, hoje, em nível de floresta plantada, exótica, o carvão foi substituído por lenha de eucalipto. Você quase não vê carvão mais. E é o futuro. Você vai ao mercado, castanha beneficiada, só embalada a vácuo, descascadinha, 10 gramas, 20 gramas, você vende por 12, 15 reais. E o quilo da castanha, você levantou 4 reais. Olha a diferença.

Então, eu vi aqui que a gente tem tudo aqui, um incentivo ali já programado, a tecnologia da planta com a Embrapa ali já trabalhando, o poder político aqui, que

define as leis, está pronto para fazer, as entidades trabalhando lá no setor, a Sedam está aqui disposta a não ser aquela Sedam repressora, mas ser aquela Sedam de incentivo, de parceria, de buscar a melhor forma para que todos funcionem dentro da sustentabilidade e aí o menino da Coomade, que foi embora, falou muito bem da manutenção da floresta. E, às vezes, a árvore não está mais lá porque nós permitimos que o agente polinizador vá embora, não chegue mais. E só existe ele para a castanha. Aquela abelha bonita, aquele bichinho bonitinho, ele precisa pular de um local para o outro. Não adianta eu deixar as castanhas solteiras, que não vou ter quase produção nelas, ou não vou ter produção. A gente incentiva aqui que o pessoal vá utilizar as nossas mudas de castanhas na sua reserva legal ou nas áreas de proteção, para que a gente faça muitos objetivos com uma coisa só: recuperar a reserva legal, dar ao moço a oportunidade de usar aquela floresta que ele tem. Não temos mais o foco de dentro das unidades de conservação, mas o nosso foco agora é a produção fora das unidades de conservação. Então a Seagri está indo nessa linha. E já tem o incentivo para o PAA para a castanha. O PAA já absorve castanha nessa linha.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Jorge, que representa aqui a nossa Seagri. E é bacana que a gente vai encontrando os assuntos, as pontas vão se amarrando aqui. Eu acho que, da minha visão, a Câmara Setorial vai ter muito trabalho daqui para frente, porque ela identifica todos os atores.

Cadê o Josias Gavião? Vamos ouvir. O Josias representa a Associação do Povo Gavião, é indígena. Vamos abrir a palavra a ele.

O SR. JOSIAS GAVIÃO - Senhoras e senhores, bom dia. Primeiro eu quero dizer que é um prazer estar aqui com vocês. Agradeço o convite do deputado.

Quero dizer assim, muitos já falaram que é importante a gente ter este momento. De fato, há muito tempo a gente vem tentando desenvolver um trabalho mais diferenciado, específico à castanha, só que, ao longo do tempo, a gente vem apanhando - não é, Sávio? O pessoal da Pacto é prova viva disso -, vem batalhando, batalhando, porém, as políticas públicas voltadas especificamente para essa atividade não acontecem na prática. Mas, simplesmente de a gente estar aqui hoje debatendo junto com os senhores, senhoras aqui presentes, já é uma coisa que nos dá esperança, de que o trabalho que os povos indígenas, que os extrativistas vêm desenvolvendo não está sendo em vão. Num futuro bem próximo, se Deus quiser, nós vamos estruturar uma cadeia forte de castanha, onde nós possamos ter um trabalho digno para esses povos, porque é um trabalho realmente muito árduo. Quem não conhece pensa que a coleta de castanha é apenas uma atividade isolada por alguns produtores, mas, na verdade, tem todo um contexto por trás disso - um contexto cultural, um contexto educacional, econômico, social, proteção da floresta. Então, é uma coisa muito grande que ainda, infelizmente, não é reconhecida e respeitada. Mas nós estamos aqui para isso. Acredito que todos nós que estamos aqui hoje, nós estamos nos importando com isso. Precisamos realmente buscar uma alternativa que possa solucionar e dar melhores condições de trabalho para os nossos produtores.

Eu gostei muito da fala da Keli - nem conheço a Keli - , em que ela fala de algumas políticas públicas, especialmente do PAA, na qual a gente precisa, realmente,

ter um acesso mais, digamos, específico. Tem um PAA aberto, um PAA geralzão, só que se nós não começarmos a tratar de uma ação mais pontual e específica para essas comunidades, porque tem associações indígenas, tem associações que estão se estruturando, que estão trabalhando. Então nós temos, nós precisamos dar atenção mais especial para essas organizações, para essas comunidades, ajudarmos para eles se estruturarem, porque não adianta a gente falar de ações para uma determinada comunidade, sendo que nós não damos condições para que elas possam trabalhar. Então eu vejo que esta Casa está tendo um olhar muito especial para essa questão agora.

Meus sinceros agradecimentos, deputado, ao senhor, por ter promovido esta audiência, ao nosso eterno governador Daniel Pereira, que abriu as portas, realmente, para essa discussão. Eu lembro que há, não sei se há 5 anos atrás, enquanto o senhor era Vice-Governador, deu essa oportunidade para que nós chegássemos até o Governo para tratar sobre essas questões. Então eu vejo que o senhor abraçou, realmente, a causa. E tenha certeza de que, juntos, nós faremos um trabalho diferenciado e que possamos, realmente, trazer essa demanda para dentro dessa Casa, que possamos institucionalizar isso, levar realmente este trabalho a sério.

Senhores, eu queria só quebrar um pouco de protocolo, aproveitar. Eu falo pouco, mas eu quero aproveitar esse tempo, chamar os meus líderes para simbolizar a nossa gratidão por estar desenvolvendo essa atividade, por estar trazendo esse tema tão importante para dentro desta Casa. Queria simbolizar nossa gratidão ao nosso deputado e ao nosso Daniel Pereira, se vocês puderem descer aqui. Eu queria quebrar esse protocolo realmente. Por favor.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Bom, almoço garantido, inclusive. Agradecer aqui a generosidade do Josias e seu povo, não é, e o carinho demonstrado pela iniciativa, que nós entendemos que só engrandece o Estado de Rondônia. Vou convidar a Giselle Rossana. Castanha amazônica. Com a palavra.

A SRA. GISELLE ROSSANA - Bom dia a todos. A minha fala vai ser bem breve, é mais agradecimento mesmo. Eu gostaria de agradecer a todos aqui presentes, a contribuição de cada um, em especial, o Deputado Ismael Crispin, pela iniciativa, juntamente com meu pai, Rossoni, e o senhor Ricardo. É uma Audiência de extrema importância e relevância e, eu tenho certeza de que logo em breve nos dará um retorno muito positivo para todos nós que estão aqui presentes e para todos os outros que são direta ou indiretamente relacionados. É isso. Obrigada.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Parabéns, Giselle, pela participação. É bacana ver o Rossoni...

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS - Puxou a beleza da mãe e a eloquência do pai. Parabéns.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - O Rossoni colocando a filha num caminho muito interessante. Parabéns mais uma vez. O Edmar Aruá. Ele está presente aqui? Isso. Vamos abrir. O Edmar é presidente da Associação Indígena Doá Txatô.

O SR. EDMAR ARUÁ - Doá Txatô.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Repete, aí.

O SR. EDMAR ARUÁ - Doá Txatô.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Está dito. Está com a palavra.

O SR. EDMAR ARUÁ - Meu bom dia a todos. Quero agradecer pelo convite de estar presente, Deputado Ismael Crispin, e nesta oportunidade parabenizá-lo por esta iniciativa. A Terra Indígena Rio Branco, nós temos alguns potenciais que estão se destacando também no cenário, dentro do Estado, assim como o café. E a gente tem pessoas voltadas pra isso. E a gente, juntamente com os parceiros, juntamente com o Pacto das Águas, juntamente agora com o pessoal da Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), a gente está traçando metas. E a gente tem, desde o tempo lá quando do governo anterior, a gente teve um investimento de uma instalação de uma agroindústria. O Deputado Daniel, até então quando era vice-governador, tem conhecimento disso. E acredito que por falta desse olhar mais de perto a gente tem ficado um pouco paralisado diante disso. E também veio a questão da pandemia, em que os demais parceiros se ausentaram da Terra Indígena Rio Branco.

E aqui, deputado, eu quero ser direto com o senhor, pelo prazer de estar conhecendo, que a gente tem outros parceiros em outras áreas, mas quando se trata da questão

"castanha", a gente fica, vamos dizer, a gente está ainda só. Então faço o convite para estar conhecendo de perto a nossa realidade, a Terra Indígena Rio Branco, quanto à extração da castanha. Já produzimos mais de 100 toneladas em um ano, mas aí a gente teve as questões naturais, também, que fizeram cair, mas quando a gente olha para a nossa realidade, juntamente com o trabalho de mapeamento com o pessoal do Pacto das Águas, a gente vê que há um potencial dentro da terra indígena, mas que a gente ainda não conseguiu expandir essa exploração.

Então, hoje, nós temos um município aberto à parceria. E acredito que é possível a gente ampliar a produção, se houver uma parceria em relação à Emenda, para que nós possamos fazer reabertura de castanhais, atingir outras áreas, porque a gente, quando olha para essas apresentações hoje, a gente vê a questão da Bolívia. A gente não quer muitas vezes concorrer, vamos dizer assim, mas se a gente olhar com carinho para a potência que tem dentro das reservas, porque a gente não vai assegurar cem por cento, mas se a gente expandir e aumentar a produção, a gente vai ter um número também maior. Então, a Terra Indígena Rio Branco está de portas abertas. E quando quiser adentrar ali é só nos comunicar.

Então, um dos nossos gargalos, assim como já foi dito, é a questão do capital de giro. Até então, a gente já trabalhou junto ao Pacto a questão do Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Era um recurso que a gente conseguia trabalhar com mais – vamos dizer – segurança, e ofertando uma melhor qualidade ali no trabalho, mas isso parou. Então, eu acredito que essas políticas voltadas para esse ramo vão nos ajudar e fazer com que nós tenhamos mais segurança no nosso trabalho.

E dizer que trabalhar com a castanha, quando a gente olha, não é apenas um trabalho em si, mas para nós, enquanto população tradicional, o trabalho com a castanha faz parte de uma história. E tem tudo a ver com aquilo que nós vivemos ali dentro da floresta. Então a gente está se esforçando, a gente hoje não consegue colocar para os nossos compradores um produto em que não haja qualidade. A gente já fez aquilo que era possível enquanto associação, tanto é que, para sair desse ramo, a gente criou a nossa cooperativa. Nós temos a Copirb (Cooperativa dos Povos Indígenas do Rio Branco) como cooperativa hoje. E é por isso que a gente se uniu à Unicafes, porque a gente quer sair agora, a gente quer ir além, também.

Então eu fico, diante disso, à disposição. E que nós venhamos a formar e formalizar parceria, para que, juntos, a gente possa conseguir crescer mais. E a população indígena vem se destacando hoje, porque o olhar para a Amazônia, não tem como olhar para a Amazônia e esquecer das populações tradicionais. E eu vejo que a Terra Indígena Rio Branco, nós vivemos assim, nós não queremos ir lá fora e falar só da floresta amazônica. Nós queremos ir lá e demonstrar aquilo que nós fazemos por ela. Meu muito obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA - Presidente, só para que o público aqui saiba, diante do que estamos falando, na fala do Edmar, o povo Aruá, representado pelo Valdir Aruá e família, em dois anos eles ganharam o prêmio de segundo colocado do melhor café de Rondônia. E não é porque é indígena. É um produto que é feito com técnica. Então, você não sabe quem vai ganhar. Então, ele ganha porque é bom mesmo. Eu tive o prazer, em 2018, como governador, pegar o Valdir Aruá e levar juntamente com mais os Tuparis e os

Suruís para representar o produto, o café de Rondônia, na Semana Internacional do Café. E, com isso, nasceu o interesse do café Três Corações e hoje tem o café chamado Tribos, que nasceu dessa ação. Então, esse povo Aruá tem muita coisa boa para a gente aprender com eles. E dizem que os rios lá, da Reserva Rio Branco, dizem que são muito bons para pescar também, desde que seja pesca esportiva, porque chega de comer peixe do rio, não é isso? Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Parabéns ao Edmar que representa aqui o povo Aruá. E da fala dele, nós tínhamos convidado - e foi impossível por conta da agenda - o Secretário da Sedi, que eu acho que entra aqui, vai de encontro, dá para a gente amadurecer a ideia, que é a questão do capital de giro. Então, penso que através do Proampe (Programa de Apoio às Micros e Pequenas Empresas e Empreendedores de Pequenos Negócios do Estado de Rondônia), é possível a gente trabalhar alguma coisa e já vou deixar aqui como encaminhamento para gente ir trabalhando isso junto à Secretaria.

Convido para a palavra o Edjales, um amigo de longa data, que representa o povo Kanindé e a Coomade. Com a palavra.

O SR. EDJALES BENÍCIO - Gostei do povo Kanindé. Não, é uma ONG. Mas me sinto representado aqui com todos os povos indígenas. Bom, Deputado Crispin, me permita falar assim, porque somos amigos e companheiros de partido, parabenizá-lo pela iniciativa. Estendo também esses parabéns ao meu amigo Daniel. Tive a honra de ser assessor nos dois mandatos de Deputado Estadual e ter coordenado o PDCA (*Plan, Do, CheckeAct* = Planejar, Fazer, Verificar e Agir)

na Sedam. E lembrar, Daniel, que foi você que mandou a Mensagem, sancionou a Lei de Governança Climática e Serviços Ambientais, que o Diogo está com a responsabilidade de tocar. E desde já, Diogo, desejo boa sorte. Estamos juntos lá no grupo, no Fórum.

O SR. DANIEL PEREIRA - Coloca a Lei de Recursos Hídricos junto também.

O SR. EDJALES BENÍCIO - Essa eu restava na articulação. Então, vamos lá. Deputado Crispin, primeiro, assim, eu fico feliz em estar vendo essa Audiência e saber que vai ter outra Audiência sobre turismo, porque, infelizmente - e aí eu tenho que registrar, Deputado Crispin-, eu venho participando de algumas pautas aqui na Assembleia, que são pautas duras para quem protege a floresta. São pautas de desafetação de Unidades de Conservação, de redução de Unidades de Conservação, de mudança no Zoneamento econômico-ecológico. Duas delas, infelizmente, não ecoaram no Tribunal de Justiça. Os Desembargadores julgaram pela inconstitucionalidade e uma, eu acredito, que deva caminhar por mesmo caminho da inconstitucionalidade, que é a mudança no Zoneamento. A forma como o Parlamento, Deputado Crispin, aprovou essas mudanças no Zoneamento - está aí o Marcelinho que compõe a Comissão, representando o terceiro setor -, compromete muito as terras indígenas e as Unidades de Conservação, onde estão localizados os principais açazeiros e castanhais do nosso Estado. Principalmente, porque fragiliza a Zona Ponto 2, que é a zona de transição. Mas, como o Parlamento aqui aprovou, faz parte do exercício democrático, e agora a briga vai para a esfera jurídica.

Fiquei sabendo que o Governador vetou totalmente. Não sei se a Assembleia vai manter o Veto. Espero que mantenha. Já estou pedindo, como companheiro de partido e amigo, que vete. E vamos lá. O mais importante é que tem agora agendas, como o meu amigo Josias falou, que atendem quem, de fato, protege a floresta, que são os povos indígenas, as comunidades tradicionais desse Estado que já deve, há muito tempo, esse Estado colocá-los como estratégico para o desenvolvimento, não apenas no ponto de vista socioambiental, mas no ponto de vista econômico. Esse Estado fez uma opção no seu passado em ter áreas protegidas, mas áreas que também contribuam para o desenvolvimento. O Daniel falou do turismo, da pesca esportiva, mas essas terras têm muito a acrescentar no ponto de vista econômico para a gente, seja na área do ecoturismo, seja na área, principalmente, de fomento à bioeconomia e à sociobiodiversidade neste Estado.

Aliás, a gente está atrás do Acre, porque já tem uma política muito forte de subsídio a produtos da floresta, até porque concorre ali com a Bolívia e com o Peru. O Pará já tem um histórico, inclusive, a ideia pretenciosa da castanha ser no nome deles, sendo que a castanha é da Amazônia. E também o Amazonas, eu tive a informação que o seu centro de bioeconomia da Zona Franca, parece que está do lado da - Isabela, me corrija - tem um case na área de bioeconomia no Estado do Amazonas.

Eu penso assim, tem coisas que a gente tem que copiar quando dão certo - não é? - respeitando, lógico, a realidade local. Teve um evento recente que o Mapa fez com GIZ, que é a Agência de Cooperação da Alemanha, que propôs quatro agendas para estar discutindo e aí eu não vou só utilizar a cadeia da castanha, mas a cadeia da bioeconomia, e da sociobiodiversidade, que eu acho que a gente poderia

estar reaplicando, tendo como carro-chefe a Câmara do Agroextrativismo, que eu já vi, pela apresentação, está fazendo um belíssimo trabalho. Mas, são quatro agendas que eu acho extremamente estratégicas:

Primeiro, seria uma agenda sanitária. O colega da Embrapa falou das aflatoxinas, ou seja, tem que focar nesse combate sanitário o mais rápido possível, até que para o nosso produto seja seguro e a gente garanta um diferencial.

O outro, uma agenda de sustentabilidade. E aí eu penso que essa agenda de sustentabilidade tem que estar estruturada no tripé produtivo, se falou aqui em boas práticas, de manejo, de implemento de novas técnicas, de modelos produtivos. Tem o SAF (Sistema Agroflorestal), que é uma referência, o Reça aqui no nosso Estado; mas, podemos também falar de enriquecimento de espécies em áreas de unidade de conservação. Enfim, várias técnicas e vários modelos produtivos.

A outra base do tripé seria agregar valor na parte de processamento, de beneficiamento e de certificação. Se eu não me engano, a castanha dos Suruí é certificada. Então, já é comercializada em dólar, não é isso, Saulo? Se eu estiver errado... Um projeto muito legal com o Ema Flora fazendo isso.

E o outro tripé seria o da comercialização. Aqui se falou dos mercados institucionais, o PAA também, que é a entrada, que talvez é o que salva os nossos produtores pelo valor. Mas, essa proposta de se pensar um PAA específico para a bioeconomia, a sociobiodiversidade, deveria ser levado em consideração, respeitando os trâmites legais. E, obviamente, acessar outros mercados, porque eu estou vendo - e aí a Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) está fazendo um

trabalho brilhante, tanto é que a Coomade está filiada à Unicafes, de fomentar o cooperativismo - e quando um produtor entra no cooperativismo é justamente para acessar mercados que, sozinho, ele não consegue.

Então, a ideia é que gente também explore mercados em escala nacional - estou vendo um colega aqui de São Paulo - , mas também em escala internacional, como o povo indígena está começando a fazer com o café. Até o povo da Suíça já está olhando o café nosso. Então, essa agenda de sustentabilidade baseada nesse tripé da produtividade, da agregação de valor e da comercialização, é fundamental.

A outra é a agenda do financiamento. Aqui a gente tem os bancos oficiais, como o Basa, a Caixa Econômica - estou sabendo que a Caixa Econômica vai abrir uma agência aqui em Porto Velho específica, mas, olha a ideia, específica para o agronegócio. E aí nós temos que conversar com esse povo que produtos da sociobiodiversidade deveriam também entrar na prioridade. Tem o Basa, mas, embora, por exemplo, esses bancos devam financiar atividades coletivas de empreendimentos comunitários, a lei fala isso, mas não estão abrindo financiamento para as cooperativas. E aí precisa de uma gestão política junto a esses organismos financeiros para que o cooperativismo seja financiado também por eles, porque a lei garante que seja financiado em todas as linhas se possível do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Graças a Deus, que ainda têm esses fundos de impacto. A Unicafes está com uma parceria legal com a Conexsus (Conexões Sustentáveis) que tem um fundo que apoia; tem um PPA (Plataforma Parceiros pela Amazônia), que é uma articulação puxada pelo Idesam (Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), pelo Icam (Instituto de Conservação da Amazônia) e outras

organizações - não é, Marcelinho? - que vem apoiando, a Sitawi, recentemente a Bem-te-vi está entrando também; que estão salvando um pouco as cooperativas, porque eles apoiam os empreendimentos coletivos, empreendimentos comunitários.

Mas os bancos oficiais têm que abrir os olhos também para estar apoiando as cooperativas, e bancos privados também. E algumas cooperativas de crédito, Cresol está avançando aqui no Estado. Para se ter uma ideia, no ano que vem, será instaurada uma agência aqui em Porto velho. Então, essa agenda de financiamento tem que ser mais acessível para quem protege a floresta.

Outro, uma agenda de informação e governança. Estava conversando aqui com meu amigo Paulinho, o Paulo, a Fapero é estratégica aqui para isso, pelo Estado. Uma Fundação que foi criada para fazer pesquisa e para ajudar esse Estado a desenvolver. E a Seagri, eu penso que, embora esteja essa pauta agregada na gerência de Agricultura Familiar, mas é uma pauta tão relevante que ela deveria ser tratada com um status melhor, ou seja, ter uma gerência, um órgão lá focado em bioeconomia e sociobiodiversidade. Como eu falei, esse Estado aqui tem populações indígenas, tem comunidades quilombolas, tem comunidades ribeirinhas, comunidades extrativistas que precisam ser vistas de forma estratégica e incluídas nesse desenvolvimento.

Então, eu acho que a soma dessas agendas - e aí puxada pode ser pela Câmara de Agroextrativismo ou por criação de um grupo multisetorial - deve ser imediatamente puxada pelo Estado de Rondônia. Até porque, o Estado de Rondônia, o Diogo falou, fez compromissos, a nação brasileira fez compromissos agora na COP (Conferência das Partes). O Estado de Rondônia vai ter que executar esses compromissos e um deles é a proteção da floresta. E só protege a floresta - aí eu queria lembrar da Bertha Becker, uma das

grandes pensadoras da Amazônia – a gente só vai valorizar, de fato, a floresta quando ela tiver a mesma equivalência que um hectare de pecuária e de agricultura tem. Senão, é só conversa para fora, gente. Obrigado.

O SR. DANIEL PEREIRA - Edjales, essa grande cientista copiou algo que um deputado estadual disse há 20 anos aqui na Assembleia Legislativa. Registre-se.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado, Edjales, pela sua participação.

Nós temos dois oradores inscritos, que é o Senhor Adalto Costa, que é da assessoria da Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária) e o Rossoni.

Antes, eu queria só ressaltar aqui a presença do Avenilson, que hoje está... Como é o nome da Secretaria nova lá, Avenilson? Me ajuda.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - Bom dia a todos, ou boa tarde. Agora a Sedi, a partir de 1º de janeiro, se chamará Sedec - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Ótimo.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - E eu estou aqui em substituição ao Secretário Sérgio, que está numa agenda no

interior do Estado, inauguração de um Projeto de Geração Emprego em Ariquemes, e já aproveito a fala rapidinho para colocar o Sedi à disposição. Nós temos vários programas que podem apoiar. Na nova Lei, agora Sedec, nós incluímos os ativos socioambientais, a bioeconomia. Então, nós vamos desenvolver um programa específico para isso.

Mas nós temos também programas na área de inovação. Foi citado aqui o Biominas, temos também o Microcrédito, a atração de investimentos. Então, a Sedi pode colaborar, se irmana com todos os atores aqui presentes, e até os que não estão presentes, mas estamos juntos. E quero dizer que uma cadeia produtiva forte precisa gerar renda para todos os atores. E, às vezes, a gente fala assim: "ah, a Bolívia está comprando e tudo". Eu acho que o produtor tem que ter opção do melhor preço. Se o melhor preço for o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que seja. Se o melhor preço for o mercado interno, que seja. Se o melhor preço for a Bolívia, que seja também. Agora, isso tem que estar estruturado, formalizado. O produto tem que ter o seu devido registro para que a gente entre como poder público. Com política pública forte, consistente, é preciso que a gente tenha receita desse processo.

Então assim, o incentivo tributário faz parte do processo para estimular a cadeia, mas então também vem uma parte disso como receita. Se a receita não for no caminho da produção, como é o caso do incentivo tributário que a Sedi trabalha, mas a receita vem lá do consumo. Ou seja, nós temos um programa de incentivo tributário que dá o incentivo para a parte do processamento, a indústria. Só que a gente faz uma compensação lá no consumo. Aí você está comparando aqui, por exemplo, eu ouvi várias falas muito pertinentes.

Então, isso demonstra que a nossa cadeia tem muita maturidade. Todos os atores que estão atuando de alguma forma já têm muito *know-how*, muito conhecimento. Então, agora a gente só precisa ajustar do ponto de visto econômico para que ela produza de fato a renda necessária, e transforme essa cadeia produtiva num negócio forte e não só num negócio que tenha uma pegada somente ambiental, a questão histórica, que tem muita relação com a nossa história. Mas uma cadeia produtiva para que ela deixe os seus atores satisfeitos, ela precisa gerar renda e ficar todo mundo feliz acessando o mercado, seja o mercado interno, o mercado externo. Por exemplo, nós temos um programa de atração de investimentos na Sedi, que é "Investe Rondônia".

Então assim, pode ser trabalhado um *player* forte do mercado internacional, ou do mercado local. Quem é o grande *player* nacional do mercado da castanha? Ele pode ser atraído para cá? Então assim, o que move a economia, agora eu falo como economista, é o consumo. Todo produto, se tiver consumo, a indústria surge, a produção surge. E aí, o Paulo Wadt falou da pesquisa que a Embrapa está trabalhando, e a gente passa a ter dois segmentos, ou seja, a castanha de origem plantada e a castanha de origem extrativista. Então, isso vai aumentar a produção, a oferta e conseqüentemente o consumo. E o que eu vejo como entrave no consumo? O preço final pago no mercado, quando você pega, por exemplo, R\$ 4,00 um quilo pago ao produtor, se você fizer uma projeção disso – eu fiz uma pesquisa rápida: R\$ 14,00 150 gramas. Se a gente projetar isso para 1 quilo, você compra 1 quilo de castanha a R\$ 4,00 do produtor e compra a R\$ 99,00 no mercado. Então assim, qual é o consumidor na área urbana ou fora da área urbana que vai pagar R\$ 99,00 em 1 quilo de castanha? Aí você dificulta no consumo, ela fica restrita. Então, ela atinge só uma faixa

de maior renda. Numa faixa de maior renda, então você pode vender caro, vende para poucos, e o atravessador vai pagar pouquinho para o produtor. Então, a gente tem que pensar a cadeia como um todo, e distribuir essa força da renda, senão só vai ganhar quem está na ponta, só quem vende o consumo pronto para o consumo final.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Eu citei a Sedi aqui, Avenilson, até inclusive por conta da fala do Jorge, da Seagri, que ele traz um dado que eu achei interessante e até curioso, que é o fato de o país vizinho começar a assediar os nossos produtores ali no mês de agosto. Aí vai comprar com preço mais barato, porque ele está fazendo um adiantamento. Ele vai acabar comprando esse produto de forma bem abaixo do preço no momento da produção.

E por que isso? Porque, de repente, esse trabalhador lá não tem acesso à renda, neste momento ele está com dificuldade, e acho que a nova Secretaria tem total competência e capacidade para a gente entrar nesse tema, para que esse nosso trabalhador não seja, como nós tivemos uma reportagem, salvo engano, na semana passada, agora recente, de os trabalhadores sendo levados à condição análoga de escravo exatamente na questão da exploração da castanha.

E eu acho que daí, se nós entrarmos nisso, nós vamos sim dar competitividade ao nosso produto. É o Estado chegando e eu acho que essa, a nossa nova... Sedec?

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - Sedec.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Sedec é a Secretaria mais preparada para a gente discutir esse tema aí.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - Perfeitamente. Acolheremos o tema. E só para fazer um destaque, essa compra antecipada é prevista nos mercados de economia aberta, que é a compra a termo. A China, por exemplo, está comprando carne de 2022 aqui no Brasil, no Mato Grosso, logo isso vai chegar em Rondônia. O que nós precisamos? Nós precisamos ter um caminho legal. Então, se o brasileiro vender a castanha antecipadamente, devidamente formalizada, a Sefin acompanhando, a Receita Federal, não tem nenhum problema. É uma opção chamada "compra a termo". Então, isso acontece na soja, nas *commodities*, nos minérios. Agora, o que eu percebi aqui no debate é que isso está indo informal.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Exatamente.

O SR. AVENILSON GOMES DA TRINDADE - Quando vai informal, se trata como subpreço. Então, o boliviano vê a necessidade do brasileiro, percebe que ele não tem outras opções e paga o preço que deseja. E aí ele formaliza lá na Bolívia. Então, acaba exportando para outros países como castanha boliviana.

Então, nós, brasileiros temos que intervir aí, através do poder público, para poder estruturar melhor esse processo.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. O Adalto Costa? Opa, está aqui. É da assessoria da Unicafes.

Com a palavra.

O SR. ADALTO COSTA - Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado. Parabéns pelo espaço de debate. A gente fica feliz, pois são momentos nesses que a gente consegue construir cadeias produtivas fortes no Estado de Rondônia.

Quando tinha me colocado à disposição de falar, logo após o Senhor Daniel Pereira relatou um pouco. Eu venho da cadeia produtiva do café, e não tem como não dimensionar quando você investe na cadeia produtiva com tecnologia e com informações.

Há 5 anos, ou um pouco menos, os outros Estados, os outros locais não queriam comprar o café de Rondônia porque era impuro. E hoje eu faço parte da Lacoop (Cooperativa dos Agricultores Familiares da Amazônia), que é uma cooperativa de cafés especiais. Estamos constantemente bombardeados de compradores querendo comprar os nossos cafés de maneira grandiosa.

Então, a gente fica feliz por isso. Eu acho que já tem uma cadeia produtiva que, em pouco tempo de espaço, conseguiu mudar essa ideia. De fato, de um café ruim para um café de qualidade, que vem conquistando não só o Brasil, mas sim o mundo, e também abrindo mercados em locais onde nem se imaginava. Então a gente já tem uma experiência com relação a isso.

A mesma coisa também do cacau. Está chegando por aí também, que estava um pouco meio esquecido talvez, está retomando novamente esses espaços.

E a gente fica feliz por esse momento, porque, diante de qualquer negociação talvez que se tenha, a gente tem que pensar pelo ganha-ganha. A gente fica feliz pelo espaço onde tem aqueles que estão no processo da coleta, pensando em produzir, tem aquele que comercializa. Porque é um espaço onde um construiu um ganha-ganha para todos. A gente pensa em outras cadeias onde há um embate muito grande, por exemplo, a cadeia produtiva que a gente sempre participa, onde se ouve questionamentos entre quem produz e quem comercializa, que tem uma dificuldade muito grande de se aproximar e dialogar. Eu acho que a oportunidade é esta: sentar e dialogar, e ouvir esses espaços, ouvir todos aqueles atores a serem trabalhados.

Diante dessa situação e dos inúmeros apontamentos que estão aqui, a gente entende que a Audiência é um espaço curto de debater. E eu não sei se aí viria para a Casa ou para a própria Câmara Setorial que debate sobre isso. Eu acho que a gente precisa de espaços com um pouco mais de tempo, com dois, três dias, onde a gente possa debater tudo isso. Por exemplo, essa questão que a Embrapa vem trabalhando, de variedades mais rápidas de produção, de mais fácil acesso. Então, tem muitas questões. A própria questão da comercialização, essa vinda do empresário de São Paulo. A gente tem que conversar, ele quer comprar o produto e como nós devemos produzir, qual a melhor forma, qual a melhor imagem. E só espaços onde nós possamos ter um pouco mais de tempo para dialogar, a gente consegue construir planejamentos a longo prazo.

Então, nesse sentido, a gente deixa aqui essa possibilidade, se vai ter outro momento. Eu até sugeriria que fosse, talvez, um espaço na própria Rondônia Rural Show. Eu acho que é um espaço propício para isso, todo mundo está lá. A gente até faz uma sugestão, se tiver

empresas que trabalham com equipamentos, tecnologias voltadas para a castanha, que se convide e venha expor na Rondônia Rural Show, um espaço onde a gente possa conhecer essas novas tecnologias que se tem em nível nacional e até mundial.

Então, um pouco nesse sentido, um pouco meio propositivo, se nós teremos um novo espaço onde nós possamos sentar com todos esses atores da cadeia produtiva e possamos traçar um planejamento em que cada um, dentro do seu setor, possa contribuir. Obrigado.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Muito obrigado, Adalto. Eu acho que, como eu disse, a Câmara Setorial vai identificando os seus gargalos de situação que ela vai precisar discutir como traz mais para ela.

Haddad.

O SR. PAULO RENATO HADDAD - Só fazer um registro, Presidente. O Idaron tem um técnico especialista em castanha, um dos melhores do Brasil, formado desde "1900 e bolinha", e ele nunca foi demandado. Nunca. Nós não temos um laboratório de castanha, nós temos um dos melhores técnicos do país e ele nunca foi demandado.

Então só para registrar para que a gente vá pensando essas coisas aí para frente.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Por isso eu volto a registrar a importância deste momento em que nós estamos aqui. É histórico para o setor produtivo, para a cadeia produtiva da castanha esse momento. Porque tu vais acabar

identificando várias situações. E aí, eu vou massificar aqui a questão da câmara setorial, que é nova, vai estar discutindo, nesse momento, tudo isso vai desaguar lá com vocês, não é? Porque nós acabamos, Adalto, não tendo todo o tempo. Aqui nós somos um provocador, a gente vai provocar, receber os encaminhamentos e vamos tocar para frente. Mas aqui, como nós debatemos diversos temas, hoje nós estamos falando da cadeia produtiva da castanha, mas nós sentamos aqui para discutir a produção do leite também, que é um gargalo no Estado de Rondônia. Daniel disse que quando ele era deputado, 30 anos atrás, (risos) mas que o tema continua sendo discutido, não é? Situações como trouxe aqui o colega Edjales, da questão ambiental e "n, n, n" propostas. Nós discutimos aqui. Então é importante ir encaminhando isso para os setores que discutem. Como eu disse, a Sedi, nós temos a questão do desenvolvimento, vai desaguar lá, com eles. Eles vão ter mais condições de fazer esse debate. Importante, viu, Haddad, a tua manifestação.

Queria convidar para a fala e último debatedor desta Audiência Pública aqui, da plenária, que também é autor dessa provocação, que conseguiu nos convencer para que nós estivéssemos aqui no dia de hoje: Rossoni, com a palavra.

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS - Boa tarde a todos. Como já foi dito por vários colegas aí, eu serei bem sucinto na minha fala e, primeiramente, gostaria de agradecer ao Deputado Ismael Crispin pela receptividade, pelo apoio; o meu eterno Deputado Daniel Pereira e governador, por ter absorvido com muita facilidade, já era um entendedor do assunto. E vou ser meio rápido no que eu tenho a dizer, mas porque todo mundo falou em coisas que a gente veio à procura.

E a gente – meu nome é Rossoni Rodrigues Reis, minha filha Giselle –, nós temos uma empresa em Rondônia, Porto Velho, que se chama Castanha Amazônica. E quando eu entro no mercado da castanha, eu fui com a minha família para o mato, moro, tenho como sede em Vista Alegre, em Extrema; temos uma sede em Boca do Acre; e compramos castanha, que eu ouvi a reclamação do irmão índio que disse da dificuldade.

Quando eu fui iniciar na castanha, todo mundo cobrava para levar o castanheiro no mato, cobrava para buscar castanha no mato. Introduzimos uma forma diferente de trabalhar. Receber o castanheiro, tratar bem. Que eu sou oriundo da pasta e introduzi isso. Tratar bem. Hoje temos uma estrutura grande, graças a Deus. Tenho... **(ininteligível)**..., o amigo Ricardo, ao chegar, investiu para que a gente tivesse essa estrutura, porque eu sempre disse: a dificuldade é tirar a matéria-prima.

E fazer uma colocação, não me veja como se eu não me importasse com o castanheiro, porque sem ele eu não vou existir, as empresas não existirão. O castanheiro está muito bem, diga-se de passagem. Hoje uma lata de castanha custa R\$ 55,00. Nós estamos pagando. Porém o castanheiro precisa da associação indígena, das associações organizadas, para ajudá-los a administrar o que ganha; porque um cidadão bom de serviço, os irmãos índios sabem, quebra 10 latas de castanha por dia. A R\$55,00, são 550 contos. Porém, não tem a digestão, não tem administração.

O que eu procuro fazer? Eu e minha família. Quem passar por lá vai ver eu bater lata, ajudar a carregar caminhão. E não é falsa modéstia, não é me valorizando, mas fazemos isso. Assim conquistei o mercado, conquisto as pessoas. Tenho trabalhado dignamente. Trabalhar, pagar com honestidade. O que nós precisamos é que o poder público nos

ajude a nos organizar. Nos tragam essas condições. Como eu consegui convencer o empresário, o amigo ali conhece, sabe que o Ricardo é um dos grandes, um dos maiores compradores de castanha, investidor, para vir para cá. Para isso, nós precisamos que o Estado contribua com a gente. Eu ouvi o senhor falando sobre a facilidade de cadastrar. Importantíssimo, para que isso seja tudo regularizado.

O Ricardo não falou, irei, em nome dele dizer: o Ricardo tem uma empresa há 25 anos, no nome dele, da esposa, as empresas que ele está abrindo são filiais, não estão nada diferentes. Então, eu fico grato, estou muito feliz e emocionado também, porque eu acredito que isso não vai acontecer: isso já está acontecendo; não vai dar certo, já deu certo.

Então, nós precisamos dessa união, nós sairmos daqui, as associações que têm, as tribos, todo mundo; nós nos unirmos, porque a castanha, o mundo quer a castanha. A dificuldade de tirá-la da floresta não vai acabar. Agora, nós precisamos amenizar. Facilitar o máximo possível, porque o castanheiro está vindo para a cidade e os filhos não estão querendo vir. Hoje fazemos uma campanha. Eu busco onde tiver de buscar, eu digo: quebre, que eu ajudo a tirar. Quebre, que eu ajudo a tirar. Fiz e em todos os anos faço uma premiação. A melhor... A cada 10 latas de castanha, dou um cupom, vai ganhar uma moto. Não baixa preço. O preço é o preço que está. Então, o senhor, que é da Secretaria, quando saímos com a castanha, saímos com ela totalmente legal, declarada. E a gente quer que facilitem, de uma certa forma, que o poder público nos veja, porque nós somos, hoje, invisíveis. É um poder que é muito bom. Marcelo esteve visitando a nossa empresa, viu lá eu e minha filha trabalhando. E eu preciso da castanha, eu preciso da selva, eu preciso que isso continue e preciso que todo

mundo esteja bem. Eu preciso que o castanheiro melhore de vida. Aquele que mora num casebre, ele está faltando gestão, nós precisamos orientá-lo a não gastar o dinheiro, e assim fazem as associações organizadas, faz parte disso.

Então nós estamos à disposição onde estamos. A estrutura que temos hoje é para melhora. O mercado é oferta e procura. O ano que não tiver castanha, o preço vai lá em cima; o ano que tiver muita castanha. Aquele que está comprometido e vive da castanha irá comprar todos os anos. Eu como, bebo, durmo e visto castanha. Então, eu estou muito feliz com o que está acontecendo. Espero que isso seja só o início de nossas intenções, que nós cheguemos ao objetivo. Eu fico muito grato a todos, em nome de minha família, em nome do Ricardo, em nome do deputado, em nome de todos que aqui estão. Muito grato a todos. E são todos convidados, no dia que passarem dentro das estruturas que temos, se fizerem presentes, serão bem-vindos. Muito obrigado a todos, uma boa tarde.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR - Deputado, me dê só a vênua de ...

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Fique à vontade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS ALENCAR - Do senhor não preciso falar, porque o senhor nos provocou, mas conte com a Receita Estadual, sou do quadro; independentemente de cargo, nós vamos, no tempo que temos ainda, Secretário Luís Fernando tenho certeza que vai assinar embaixo. E nós contamos com a pressão do deputado para gente sair dos gabinetes e ir lá trazer a cidadania para os extratores.

Nós vamos contar com a Sedam, que está lá em primeiro plano, dentro das Resex, Seagri e todos os órgãos estaduais e municipais e federais que estejam na temática, nós vamos tirar do papel, deputado. Essa ida a campo com nosso chefe tributário, tá? Mas eu só queria externar que, realmente, é muito emocionante seu depoimento, de quem tem coragem de empreender, e não é fácil não, viu? Nós aqui até, eu como servidor, até estou na covardia, que não fui ser empreendedor, mas a gente tem que reconhecer quem paga nosso salário é quem dá um depoimento desses.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Obrigado. O senhor pediu a palavra.

O SR. ROSSONI RODRIGUES REIS - Obrigado, Senhor Secretário.

O SR. SANDRO SOUZA DA SILVA - É só uma sugestão, deputado, foi uma das questões que vários comentaram aqui, foi sobre acesso a crédito, que é uma das grandes dificuldades que o castanheiro, que o extrativista tem. Então eu quero colocar uma demanda, Daniel, para o Sebrae. O Sebrae, não tem muito tempo que ajudou na constituição de uma SGC (Sociedade Garantidora de Crédito), de fundo garantidor de crédito, e hoje um dos grandes gargalos para o extrativista acessar crédito é garantia. E a SGC pode ser uma oportunidade para operar crédito com comunidades tradicionais, enfim. E, inclusive, Edjales, a Conexsus quer investir. Já fomos procurados para a gente criar um instrumento, uma estrutura dessa. Eu falei: "Olha, nós já temos o Estado com o apoio do Sebrae. Porque não a Conexsus

investir na SGC, que já existe?”, e para isso, Daniel, gostaria que, através, da tua articulação, a gente pudesse fazer isso acontecer. Investir para que indígenas, castanheiros em geral e cooperativas possam acessar crédito e tendo garantia do fundo garantidor.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito.

O SR. PAULO RENATO HADDAD - Me permite, Presidente? Até mesmo uma intercedência junto às instituições financeiras para que a própria castanheira seja dada em garantia quando necessário e quando possível. Essa é uma reivindicação antiga do RECA, porque reconhecem o gado como garantia, mas não reconhecem os outros itens da floresta, não é?

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) - Perfeito. Eu recebi aqui vários encaminhamentos que vou destinar a cada setor responsável. Queria só reiterar que nós estamos colocando o nosso gabinete à disposição dos senhores. Aqueles que quiserem, “Ah, eu quero fazer de forma oficial”, encaminhe para o nosso gabinete. Nós vamos estar à disposição para poder provocar cada segmento dentro daquilo que nós tratamos aqui hoje. Me colocar à disposição aqui, Isabela, da câmara setorial, porque eu entendo que vão desaguar situações aqui que nós vamos precisar estar conversando junto. Não sei como são os assentos lá nessa câmara, de onde vêm as pessoas para o Conselho, mas é importante também nos encaminhar essa informação para que a gente possa provocar o todo disso aí.

O importante aqui, Rossoni, Ricardo e todos que estiveram participando conosco, nós tivemos aqui uma

provocação do Estado de Rondônia que perpassa os nossos limites. E eu vou provar isso para vocês. Com a palavra o nosso Superintendente do Sebrae, o Daniel Pereira.

O SR. DANIEL PEREIRA - Bom, pessoal, enquanto a gente estava ouvindo aqui... Primeiro, nós não tínhamos a pretensão de esgotar todos os temas. Aqui era de começar. Nós tínhamos uma situação que a gente precisava encaminhar, que é essa questão tributária, até pela demanda que o Rossoni nos trouxe e as outras instituições que eu citei. E aí o Dr. Antônio Carlos já apontou o caminho aqui do que a gente fazer, não é?

E vejo que a gente pode e deve fazer um fórum o mais rápido possível pegando todos os temas que foram levantados aqui - e são muitos, não é? Tem uma questão de qualidade, tem uma questão de articulação internacional, tem a questão de crédito, que foi muito bem levantada aqui. O Sebrae, por exemplo, tem Banco do Brasil, Caixa Econômica, Basa e Cooperativas no nosso conselho. A SGC, a que ele se refere aqui, para quem não tem a informação do que é: é uma Sociedade Garantidora de Crédito Rondon. É uma instituição que nasceu para ver essa situação de quem não tem como dar garantias. E ela é a primeira da Amazônia. Já nasce com R\$ 2,5 milhões e ela tem uma capacidade de garantir cada real que você tem, ela tem capacidade de garantir R\$ 10,00. Nós vamos fazer uma agenda com as prefeituras, vê se a gente coloca R\$ 100 mil de cada município. Isso daria R\$ 52 milhões de crédito. Se o Estado colocar mais uns R\$ 10 milhões, dá mais R\$ 100 milhões de crédito. Então, a nossa ideia, nós temos um estudo que a gente fez quando eu estava no governo, que a gente precisa mais ou menos, R\$ 300 milhões de microcrédito para poder tirar da linha, que estamos abaixo da linha da pobreza no Estado. Não sei se a

pandemia agravou isso ou não. Então, são ferramentas muito importantes para você trabalhar isso daqui.

Mas, enquanto a gente conversava aqui, eu fiz um contato internacional. Um contato com o maior empresário do ramo de castanha da atualidade, que é da Bolívia, que é o Dom Augustin Vargas. Esse cara eu conheci em 2017. Nós resgatamos o Tratado de Petrópolis – que todo mundo sabe o que é – é uma relação Brasil-Bolívia para consolidar o território do Acre e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Só que ela foi construída não para atender as necessidades do Brasil, foi para atender as necessidades da Bolívia, só que o produto da época deixou de existir o interesse econômico, a ferrovia também acabou. Só que em 2017, nós, 50 anos depois que os bolivianos levavam toda a produção deles para qualquer canto do mundo pelo Chile e pelo Peru, nós passamos a fazê-lo novamente aqui pelo Rio Madeira. Tanto com relação à madeira, que é de Guayaramerín, e castanha, que é de Riberalta. E o Augustin Vargas tem interesse, inclusive, já manifestou isso de vir para cá, trazer o *know-how* dele. Eu mandei uma mensagem para ele, pedi para ele mandar uma mensagem de áudio e ele mandou.

E eu lembro da gente falando no Acre, Edjales, eu fui no Acre, a primeira vez em 1996. Eu fui conhecer a cooperativa, em Rio Branco, e fui a Xapuri. Quem conduzia isso na época – eu era Deputado Estadual – e quem conduzia isso lá era um Deputado Estadual chamado Ronald Polanco, que hoje é do Tribunal de Contas do Acre. Nós estamos falando de 1996. Olha o tempo que esses caras estão na frente da gente. Uma vantagem: nós podemos ir lá e modelar, na neurolinguística, podemos modelar o que eles fizeram, sem cometer os erros que eles cometeram. E uma vantagem: o Manuel, que é o Presidente da Cooperativa, lá no Acre, que

hoje é uma das maiores autoridade nessa matéria, os caras estão inteiramente à disposição da gente. Muito interessante isso.

Eu queria, então, colocar aqui o áudio do Augustin Vargas.

transcrição do áudio:

“Boa tarde, eu quero agradecer a possibilidade de poder mandar um “alô” para todos vocês aí, pelo encontro que estão tendo para poder falar sobre o tema da castanha. Tem que mencionar que a castanha é um produto único no mundo, porque não é um produto cultivado, é um produto nativo, é um produto silvestre e, como tal, creio que toda a Amazônia da América Latina, especialmente, do Brasil, Bolívia e Peru, tem que ter somente uma forma de falar para poderem fazer um fornecimento dentro do que o mercado internacional, porque ela tem que ser considerado como um produto privilegiado que Deus deu para todos nós. E é assim que nós temos que trabalhar, agora, sem olhar que nós temos uma fronteira, somente que a Amazônia é só uma na América Latina.

Eu quero saudar a todos, dar os parabéns e que Deus ilumine todos, que nós possamos vender o produto, que é um regalo de Deus, porque ninguém plantou, ninguém cuidou, nós só vamos e pegamos o coco da mata. Então, nós temos que ser muito agradecidos por isso. Um abraço, meu querido amigo, para todos.”. **(áudio em espanhol, traduzido para o português)**

Então, essa é a fala do maior empresário do mundo atualmente com castanha, que é o Augustin Vargas, e esse cara tem uma consciência de que não é um concorrendo com o outro, um destruindo o outro que a gente vai crescer. Muito pelo contrário, a gente precisa de um ajudar o outro. E a

gente está conseguindo fazer isso muito bem com o cacau, está conseguindo fazer muito bem isso com o café e com outros produtos também. Acho que a gente já tem, inclusive, um modelo para a gente pegar e seguir. E, diante disso, nós estamos construindo – nós, Sebrae –, estamos construindo com a Bolívia e o Peru, algumas agendas, inclusive uma agenda internacional de turismo. E acredito que nós poderíamos copiar a Semana Internacional do Café e fazer aqui, em Rondônia, o mais rápido possível, a Semana Internacional da Castanha, trazendo a experiência da Bolívia, trazendo a experiência do Peru. Nós iríamos sediar isso, daria destaque internacional, e nós só teríamos a ganhar, porque os melhores do mundo iriam somar junto com a gente aqui e trazer a experiência deles. E aí, quem for esperto, aproveita e copia.

Se quiserem fazer, e não é difícil para fazer, é custo baixo, as próprias empresas se autofinanciam nesse processo. É apenas uma questão de organização. E o Sebrae fica aqui inteiramente à disposição para a gente ajudar nessa agenda. Obrigado, Presidente. E foi um prazer ter estado juntos, aqui, evidentemente, que agora com muito mais responsabilidade, porque antes a gente não sabia que podia. Agora, a gente sabe que pode, e se a gente sabe que pode, a gente tem que agir.

O SR. ISMAEL CRISPIN (Presidente) – Por fim, eu quero agradecer a todos os senhores que atenderam o chamamento. Agradeço carinhosamente ao Rossoni que foi e teve a felicidade de fazer a provocação; o Ricardo, que saiu lá do Estado de São Paulo e veio mostrar a boa vontade do empresário, do empreendedor e da indústria com o Estado de Rondônia com relação ao tema. Quero agradecer ao Governo do Estado de Rondônia que tem, aqui, na pessoa do Antônio

Carlos, do Diogo, do Avenilson, os seus representantes. Tenho certeza que somado a tudo isso, nós, com certeza, iniciamos aqui uma grande caminhada com um passo extraordinário. Dessa forma, recebam a minha gratidão. Mais uma vez coloco o nosso gabinete à disposição. Agradeço a minha equipe que trabalhou para que nós pudéssemos realizar esse evento olhando para o futuro do Estado de Rondônia. Minha gratidão.

Então, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense agradeço a presença dos componentes da Mesa Diretiva, a presença de todos que acompanharam essa ilustre solenidade, declaro encerrada esta Audiência Pública desejando a todos um excelente dia.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13 horas e 13 minutos)

(Sem revisão dos oradores)